

GTP-02

1ª na  
base

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE GEOGRAFIA HUMANA**

**RURALIDADES NA CIDADE DE NAMPULA**

*Exercício teórico para uma crítica a Cidade*

**Alexandre Hilário Monteiro Baia**

**São Paulo  
2004**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

RURALIDADES NA CIDADE DE NAMPULA: PERSISTÊNCIAS E  
TRANSFORMAÇÕES  
*Exercício teórico para uma crítica a Cidade*

Alexandre Hilário Monteiro Baia

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Fani Alessandri Carlos

São Paulo  
2004

UEM - F.L.C.S.	
R. E.	30320
DATA	1.10.2004
AQUISIÇÃO	OK
COTA	STR. 6

*Aos meus filhos, Yves e Alex.  
À minha esposa, Alzira.  
Aos meus pais, Hilário e Catarina.*

## AGRADECIMENTOS

A minha formação de mestrado é resultado cumulativo da orientação da Profa. Ana Fani Alessandri Carlos, a quem endereço uma imensa gratidão; das discussões promovidas nos grupos de estudo organizados no Laboratório de Geografia Urbana (LABUR), e por isso, os meus agradecimentos ao grupo de Professores do LABUR, aos colegas e amigos graduandos e pós-graduandos do Programa de Geografia Humana. Agradeço igualmente aos professores e pós-graduandos dos cursos de Sociologia e Antropologia pela sua contribuição nas reflexões sobre o meu trabalho.

Meus agradecimentos especiais aos funcionários dos laboratórios, das bibliotecas e secretarias que sempre prestaram o devido apoio para a minha integração na comunidade universitária.

Agradeço a Fundação Coordenação Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos, a qual permitiu a continuidade de minha formação na Universidade de São Paulo.

## SUMÁRIO

Lista de Figuras	
Resumo	
Abstract	
Apresentação	
Introdução .....	11
<b>Capítulo I – SUBSÍDIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS .....</b>	<b>14</b>
1.1. Das teorias sócio-espaciais e a cidade .....	14
1.1.1. Sobre o modo de vida urbano .....	14
1.1.2. Sobre a estrutura urbana .....	18
1.2. A perspectiva de Castells e a cidade .....	21
1.3. A perspectiva de Lefebvre e a cidade .....	22
<b>Capítulo II – A URBANIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE .....</b>	<b>27</b>
2.1. As características da urbanização .....	27
2.2. A cidade de Nampula .....	33
2.3. A paisagem da cidade de Nampula .....	36
<b>Capítulo III – O AGREGADO FAMILIAR E O COTIDIANO .....</b>	<b>40</b>
3.1. Os sistemas familiares na África negra .....	40
3.2. Transformações nos sistemas familiares africanos .....	41
3.2.1. Com a penetração colonial .....	41
3.2.2. Com a urbanização .....	46
3.2. A centralidade do agregado familiar .....	52
<b>Capítulo IV – A CRÍTICA A CIDADE .....</b>	<b>56</b>
4.1. Olhando a cidade .....	56
4.2. As relações campo-cidade .....	60
4.3. As contradições do espaço .....	65
4.3.1. O “mundo” do trabalho .....	67
4.3.2. O espaço estratégico .....	71
<b>Capítulo V – A QUESTÃO DAS RURALIDADES .....</b>	<b>75</b>
5.1. Na ocidentalização .....	75
5.2. Na diferenciação residencial .....	77
5.3. Na crítica ao cotidiano .....	79
<b>Bibliografia .....</b>	<b>83</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>88</b>

## Lista de Figuras

Figura 1: Mapa de Moçambique.....	anexo 1
Figura 2: População residente na cidade de Nampula e no país (1970-1997) .....	pág. 35
Figura 3: Mapa Cidade de Nampula – Uso do solo – 1995 .....	pag. 39
Figura 4: Mapa Província de Nampula – Divisão administrativa .....	anexo 2
Figura 5: Mapa Distrito de Nampula – Divisão administrativa .....	anexo 3
Figura 6: Mapa Cidade de Nampula – Rede sanitária e escolar .....	anexo 4
Figura 7: Mapa Cidade de Nampula – Distribuição das fontes de água .....	anexo 5

## RESUMO

O crescimento da cidade de Nampula - influenciado pela migração campo-cidade e exacerbado pela inclusão de áreas rurais, dentro dos limites administrativos da cidade - culmina com a incorporação de práticas sócio-espaciais características do campo, convencionalmente referidas como *ruralidades*, dentro do espaço urbano.

Neste contexto, o trabalho analisa como as ditas ruralidades ocorrem como características de uma urbanização e economia dependentes e em função de estratégias de uma acumulação capitalista assente na economia do agregado familiar camponês.

A análise das transformações e persistências das ruralidades tem enfoque no agregado familiar que - numa cotidianidade imposta - participa, do seu modo, na produção de um *espaço qualitativamente novo*, aquele que expressa o encontro e a coexistência de dois modos de vida distintos (europeu e africano); um espaço novo que (re)produz as contradições de uma sociedade cujos componentes inserem-se diferencialmente nas estruturas de reprodução social capitalista - uma abordagem que explica a paisagem urbana da cidade de Nampula.

O *novo* espaço urbano, assim produzido, requer a superação das teorias e modelos reducionistas e simplistas - exercício que constitui o objetivo desta dissertação - que apontam apenas para uma dualidade espacial ofuscando as contradições e os conflitos que a integração e a articulação sócio-espacial, decorrente sob a égide do Estado, comportam e reproduzem.

Por fim, o trabalho esboça algumas reflexões sobre as ruralidades com enfoque nas diferenças sócio-espaciais a partir da análise dos processos inerentes a *ocidentalização*, diferenciação residencial e cotidianidade.

**Palavras-chave:** ruralidades; relações cidade-campo; cidade de Nampula; reprodução de relações sociais; agregado familiar.

## ABSTRACT

The Nampula city's growth – influenced by the country-city migration and exacerbated by the inclusion of rural areas within the city's administrative limits – culminates with the embodiment of socio-spatial characteristics of the countryside, conventionally referred as *rural life*, within the urban space.

In this context this work analyzes the ways that the so called *rural* happens as characteristics of depending urbanization and economy and in function of capitalist accumulation strategies settled upon the peasant household economy.

The analysis of the transformations and persistency of rural life in the city focuses on the household which – as subjected to the marked economy – shares, in its ways, the production of a new qualitative space, this last, that expresses the shock and the coexistence of two distinct ways of life (an European and an African); a new space that (re)produces the contradictions of a society whose components are differentially inserted within social reproduction structures – concerns that explain the urban structure of the Nampula city.

The urban space, thus produced, requires an overcome of the reductionism and simplistic theories and models – an exercise that constitutes the main aim of this dissertation – which point only the spatial duality thus darkening the contradictions and conflicts the socio-spatial integration and articulation, under aegis' State, contain and reproduce.

Finally, the work outlines some reflections about the *rural* concerning the socio-spatial differences related to the westernization process, residential differentiation and to the daily life.

**Key words:** rural life; city-countryside relations; Nampula city; reproduction of social relationships; household.

## APRESENTAÇÃO

Os estudos sobre a morfologia urbana e a cidade em Moçambique (Lopes, Araújo e Hermind 1995; Araújo, 2003; entre outros) sempre fizeram ênfase, me parece, na descrição geográfica e inferência indutiva, assim como na análise dedutiva. Como tal esses estudos circunscrevem-se na elaboração de mapas e de modelos, e na análise detalhada das características físico-ambientais e funcionais da cidade, mais do que na explicação, do como e porquê, do surgimento de características particulares na cidade. As características e a complexidade da natureza dos processos urbanos que têm decorrido em Moçambique, desde o período colonial, e que diferenciam as cidades moçambicanas das europeias (e outras regiões), mostram como esta tendência não explorou muito os principais fatores responsáveis pela estrutura e forma urbanas<sup>1</sup>.

O desenvolvimento dos métodos dedutivos nos anos 50, referido por Davies (1972), citado por Clark (1982), como uma revolução conceptual, ocorreu como tentativa metodológica para superar a abordagem descritiva e indutiva baseada na coleta sistemática de dados empíricos. A via dedutiva assenta-se, fundamentalmente, na *construção de modelos* – “representações idealizadas da realidade que demonstram ou resumem algumas das suas características”. Os modelos induzem generalizações elementares sobre o mundo real, as quais podem ser extensas e refinadas através de testes e reformulações, assim como, podem também permitir explanações gerais. Desde os anos 60 – como referem Chorley e Hagget (1967), citados por Clark (1982), a construção de modelos foi amplamente adotada na geografia urbana – em particular nos estudos das localizações e da estrutura social e espacial das cidades. Como adiante se verá esta abordagem metodológica ainda prevalece nos estudos urbanos (e na geografia urbana<sup>2</sup>) em Moçambique.

A aplicação da construção de modelos nos estudos sobre a cidade, em Moçambique, é acompanhada, simultaneamente, por uma análise da estrutura interna das cidades

---

<sup>1</sup> Apesar do consenso comum de que o modelo atual de cidade em Moçambique, como na África negra, é resultado da colonização e por isso estruturas de processos alógenos.

<sup>2</sup> A geografia urbana em Moçambique é, ainda, influenciada de certa maneira pelas abordagens teórico-metodológicas avançadas por Pierre George e Milton Santos, entre outros.

tradicionalmente restrita ao estudo da morfologia urbana – uma abordagem que ainda é inspirada nos trabalhos da Escola de Chicago, nas teorias da Ecologia Humana em particular.

A minha formação no curso de Geografia Humana, de Geografia urbana especificamente, na Universidade de São Paulo, surge como tentativa de encontrar outros subsídios teórico-metodológicos que me permitissem superar as abordagens sócio-espaciais acima referidas – que constituíram a base da minha atividade de docência em Moçambique – as quais considero clássicas e, mas convencionais, porque não me permitiam avançar mais na compreensão dos processos urbanos vigentes em Moçambique. Pois, tornou-se preocupante, para mim, que no ensino e na pesquisa sobre temas de geografia urbana, os modelos espaciais dessem maior ênfase nos comportamentos normativos e na análise dos padrões urbanos e não explicassem como e porquê determinadas características, construídas a partir dessa abordagem, - *heterogeneidades, justaposições, dualidades, ruralidades* – surgiam na cidade. Parecia que as atividades e os padrões de uso de terra, habitualmente descritos, aconteciam num contexto em que os habitantes da cidade tinham uma informação completa e compreensiva sobre as circunstâncias que afetavam a sua vida cotidiana.

A minha formação no Mestrado esteve restringida – devido às limitações da bolsa (também não contemplava a realização de pesquisa de campo) – a um período curto, cerca de ano e meio, que considero insuficiente para um aprofundamento teórico-metodológico que permitisse uma superação amadurecida dos paradigmas de análise espacial assimilados anteriormente. Contudo, as diversas atividades – cursos, colóquios, seminários, visitas de campo e outros eventos – com particular destaque para os estudos em grupo organizados no laboratório de Geografia urbana, de forma conjunta e cumulativa contribuíram para a minha formação. Com base nessas contribuições pude dar início a um processo de reformulação teórica e metodológica – devida ao empenho da Profa. Ana Fani Alessandri Carlos como orientadora, - na análise espacial da cidade.

As abordagens teóricas e metodológicas avançadas por David Harvey e Henri Lefebvre, inspiradas na obra de Karl Marx, permitiram-me compreender que, apesar da validade descritiva dos procedimentos analíticos vigentes na geografia urbana em Moçambique, o estudo da estrutura da cidade requer o exame dos processos que produzem esse fenómeno espacial – incluída aí, a análise do papel do Estado e do capital, das interações entre indivíduos e grupos de indivíduos com diferentes interesses e objetivos e, como

corolário, a análise da estrutura urbana como produto dos processos e das relações da economia capitalista.

Por outro lado, o acesso a um vasto acervo bibliográfico levou-me a perceber que a prevalência de uma perspectiva clássica na geografia urbana em Moçambique, provavelmente, não seria apenas uma opção teórico-metodológica, mas antes uma consequência da dificuldade de acompanhar os últimos desenvolvimentos na disciplina e, por conseguinte, os problemas inerentes da necessidade de assimilar continuamente metodologias novas e não familiares.

A minha dissertação resulta, portanto, de uma realização parcial das minhas expectativas de formação. Nesse sentido, ela avança com uma reflexão teórico-metodológica que dá ênfase à análise dos processos de reprodução das relações sociais na produção do espaço urbano – com enfoque no estudo das *ruralidades*, suas transformações e persistências, na cidade de Nampula em Moçambique. Pretende-se assim que a geografia urbana possa contribuir para uma outra compreensão da cidade e da sociedade urbana em Moçambique.

Com cinco capítulos o trabalho apresenta (no primeiro capítulo) algumas teorias sociais que influenciaram o estudo da cidade e a geografia urbana; o segundo capítulo faz uma abordagem sobre o processo de urbanização em Moçambique. O capítulo III centra-se no agregado familiar; os aspetos teórico-metodológicos que servem de base ao trabalho estão expostos no capítulo IV, sobre a crítica à cidade. No quinto capítulo esboça-se uma reflexão sobre as dimensões da questão das ruralidades. Por último apresenta-se a bibliografia e anexos.

## INTRODUÇÃO

O trabalho que se apresenta para dissertação de mestrado trata do estudo das *ruralidades* na cidade de Nampula, com um enfoque específico nas suas persistências e/ou transformações. Trata-se, fundamentalmente, de um exercício teórico com base numa crítica a análise convencional sobre a cidade.

A discussão aqui proposta pretende analisar não apenas as transformações da organização social capitalista, específicas a África negra, mas também, como as atuais transformações produziram um espaço que simultaneamente reúne o que é rural, industrial e urbano na cidade de Nampula – exigindo, portanto, uma redefinição do que é rural, urbano e das relações cidade-campo na África negra. Trata-se, então, de uma reflexão que envolve abordagens sobre a vida cotidiana para a partir daí compreender a forma da paisagem urbana da cidade de Nampula – uma paisagem convencionalmente referida como um *espaço dual*.

As reflexões expostas – sobre as persistências e transformações das *ruralidades*, na cidade de Nampula, aqui centradas no agregado familiar e seu cotidiano – circunscrevem-se numa tentativa de avançar com uma abordagem teórica, inspirada na realidade prática, mas que a partir de um questionamento conduza para novas formas de análise espacial no estudo da cidade. Trata-se, assim, de uma análise crítica da simplificação e um confronto entre a teoria e a realidade tendo como estudo de caso a cidade de Nampula em Moçambique. Pressupõe-se, portanto, que as formas convencionais existentes de análise do espaço urbano, ao persistirem na manutenção de uma racionalidade e homogeneidade, tornaram-se inadequadas para a compreensão do desenvolvimento urbano, a natureza da expansão da cidade de Nampula em particular. É assim, que a presente reflexão recorre tanto a literatura do campo convencional como aquela da área crítica – fornecida em grande medida pelos cursos ou disciplinas freqüentadas durante a formação.

Vários são os estudos (George, 1961; Santos, 1973; Jonhson, 1974; Castells, 1979) que caracterizam as cidades do Terceiro Mundo, particularmente os da África, como espaços urbanos duais. Uma dualidade espacial que se explicaria por si e para si e justificaria as diversas ideologias que estão por detrás da análise e das intervenções urbanas convencionais. Os estudos existentes sobre a cidade de Nampula – e derivados das análises sobre os espaços

urbanos em Moçambique - (Lopes, Araújo e Hermind, 1995; Araújo, 2003) sempre procuram enfatizar essa dualidade espacial, referindo a existência de dois ou três espaços urbanos, ao separarem o *espaço urbanizado* – o centro que coincide com a cidade colonial – do *espaço semi-urbanizado* e *não-urbanizado* – o subúrbio e a periferia, respectivamente - evocando assim a *existência de duas ou mais cidades dentro da mesma cidade*<sup>3</sup>. Trata-se de espaços que se distinguem pela forma que a paisagem urbana apresenta: pelo tipo de afetações do solo, arquitetura e infra-estruturas ou equipamentos urbanos, entre outros critérios de classificação. Como corolário, tais análises culminam com a classificação de espaços com modo de vida urbano e espaços cujo modo de vida é considerado rural ou não-urbano. Grupos de parentes que se consideram descendentes, ou da linha paterna ou materna ou de afiliação indiferenciada, dum ancestral comum conhecido e nomeado que culmina com a categorização das práticas sócio-espaciais em *formais* e *informais*.

Apesar da utilidade das descrições feitas, pelos estudos referidos, eles abordam, de forma simplista e reducionista, determinadas práticas sócio-espaciais que ocorrem nas cidades africanas, derivando-se daí para a cidade de Nampula, caracteriza-as apenas como sendo *não-urbanas* ou ruralidades, enquanto que elas têm de ser vistas como *muito urbanas*, porque vislumbram a natureza específica da expansão urbana – aquela que resulta, dentre outros processos, da inclusão de áreas rurais dentro dos limites da cidade, um processo que vem ocorrendo em Moçambique, a partir da década 80. Esse processo transforma as áreas adjacentes às áreas urbanas em receptáculos de migração – tanto de residentes do centro da cidade como da população do campo circundante - onde se esperam novas afetações do solo, construções de residência e infra-estruturas de lazer e outros.

A dinâmica da prática sócio-espacial urbana, nos países do Terceiro Mundo e as suas implicações sociais, econômicas e políticas têm sido registradas (Castells, 1978 e 1979), contudo, o seu entendimento pouco avançou – porque esteve sempre dependente de análises estruturalo-funcionalistas. Surge, assim, a necessidade de abandonar a dependência de paradigmas clássicos de pensamento para analisar a paisagem urbana contemporânea como uma ampliação da cidade, mas também como *um espaço qualitativamente novo* e que exige reformulações teóricas.

---

<sup>3</sup> Análises inspiradas nos autores acima referidos.

Desde modo, a reflexão proposta procura, num primeiro momento, analisar a paisagem urbana a partir das práticas sócio-espaciais que a forma dispersa da cidade contém, relacionada com o tipo de organização social que as produz e/ou reproduz; em seguida, pretende-se examinar os processos políticos, econômicos e culturais que na sua interação se manifestam no espaço urbano e levariam a compreensão do caso específico da cidade de Nampula. Processos que através de ideologias ofuscam ou mistificam o desenvolvimento urbano dificultando a compreensão do fundamento dos padrões espaciais correntes. Assim, pretende-se analisar as dinâmicas da expansão urbana, o papel do Estado e os padrões de organização social que intervêm na produção do espaço urbano.

A hipótese avançada gira em torno de três eixos: *a)* que o crescimento da cidade de Nampula, produto da incorporação de áreas rurais nos limites da cidade, é acompanhado pela manutenção de práticas sócio-espaciais características do campo, ou porque resistem ou porque são transformadas – redefinidas no contexto urbano; *b)* sendo assim, a expansão da cidade produz um espaço heterogêneo. Esse espaço inclui dentro de si áreas que se mantêm com práticas sociais, econômicas e espaciais típicas dos contextos sócio-espaciais anteriores - o campo - convencionalmente denominadas *ruralidades*, não apenas como conservantismo e continuidade, mas com funções redefinidas pelas condições urbanas. Daqui a especificidade da explosão da cidade de Nampula, que a distingue da explosão urbana nos países mais desenvolvidos - por isso eixo central da análise - e; *c)* o processo na cidade de Nampula apenas pode ser compreendido a partir da análise das suas ligações, hierarquicamente estruturadas, com processos do sistema global – a acumulação de capital e a nova divisão internacional do trabalho -; pois, a forma do espaço urbano atual resulta da interação de forças sociais que intervêm nos padrões internos de diferenciação funcional. Por isso, o enfoque nos padrões espaciais, como produtos de forças dentro do modo de organização social, requer a superação das teorias clássicas<sup>4</sup> – por detrás das análises convencionais sobre os espaços urbanos em Moçambique e na África -, que reificam as particularidades físicas do espaço e ofuscam a instrumentalização e hierarquização através das quais os espaços são integrados por ações de forças sistêmicas. É desde modo que também se torna necessário superar a mera localização geográfica da cidade de Nampula para captar o seu conteúdo e sua inserção na região.

---

<sup>4</sup> Aquelas inspiradas na Ecologia Humana da Escola de Chicago.

## CAPÍTULO I

### SUBSÍDIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

#### 1.1. Das teorias sócio-espaciais e a cidade

##### 1.1.1. Sobre o modo de vida urbano

As teorias vigentes sobre as conseqüências sociais e comportamentais do desenvolvimento urbano – e que influenciaram a análise dos espaços urbanos em Moçambique – têm a sua origem nos estudos sobre a vida rural e urbana realizados por sociólogos durante o séc. XIX. As explicações sobre a vida urbana estavam, nessa época, associadas às chamadas *teorias de contraste* – as quais reconheciam dois tipos diferentes de sociedade: a tradicional rural e a moderna urbana. Tönnies (1887), citado por Clark (1982), a partir de observações em cidades alemãs, sustentava que “a vida rural tinha lugar dentro dos quadros da *gemeinschaft* (comunidade)<sup>5</sup>, enquanto a vida urbana era caracterizada pela *gesellschaft* (sociedade)”. Para Durkheim (1893), citado por Clark (1982), a vida na cidade era caracterizada pela competição pelo emprego - um dos fatores que criava um contexto em que a importância da família entrava em declínio e conseqüentemente as interações sociais eram reorganizadas na base da racionalidade e eficiência mais do que na tradição. Esta conceitualização básica, sobre as diferenças entre o mundo rural e o urbano, elaborada por Durkheim, resulta das suas observações sobre a crescente divisão social do trabalho derivada da industrialização, a qual via como

“(…) um processo histórico-biológico irreversível envolvendo o desenvolvimento da civilização humana de uma forma segmental para uma organizada. A sociedade segmental era baseada em relações consanguíneas compreendendo uma sucessão de grupos linhageiros, mas com a modernização, estas pequenas unidades eram agrupadas em agregados maiores. Um dos resultados foi a formação de estados territoriais, outro foi a organização ocupacional da sociedade, com os indivíduos sendo classificados de acordo com a natureza das atividades sociais por elas desempenhadas” (Clark, 1982:74).

<sup>5</sup> “(...) a unidade básica da organização era a família alargada ou o grupo linhageiro, dentro do qual, os papéis e responsabilidades eram definidos pela autoridade tradicional, e as relações sociais eram instintivas e habituais. A cooperação [entre os indivíduos] era baseada nos costumes”. Enquanto na *gesellschaft*, “(...) [os] padrões íntimos e

A polarização das diferenças entre o rural e o urbano é superada pelas correntes teóricas da Ecologia Humana<sup>6</sup> da Escola de Chicago.

No tocante às transformações e persistências de modos de vida, torna-se pertinente referir a análise de Park, citado por Hannez (1980) e Clark (1982), segundo a qual em qualquer sociedade os indivíduos procuram preservar o próprio respeito e ponto de vista mediante o reconhecimento pelos outros – o que vigoraria por excelência no modo de vida do campo. Na cidade, tal ordem social, encontra sérias dificuldades; pois, o dinheiro mais do que a civilidade torna-se o meio de troca. Por isso, o estatuto do indivíduo é determinado por sinais convencionais, como a moda entre outros, mostrando assim a superficialidade das relações sociais na cidade. No entanto, ocorreriam, também, laços íntimos e estáveis cuja eficácia seria influenciadas pelas condições urbanas. Ora, a vida cotidiana na cidade – sociedade compacta – é ordenada e assim mantida pela aderência a rotinas predictáveis: “as pessoas na cidade vivem reguladas pelo relógio e pelo sinal de trânsito” (Hannez, 1980: 25).

É assim, que na sua continuidade, Wirth, citado por Hannez (1980) e Clark (1982), assinalava que a cidade seria um assentamento relativamente amplo, denso e permanente de indivíduos socialmente heterogêneos e onde o grande tamanho populacional influenciaria negativamente o contato entre as pessoas em interação – mas é claro que a vida social não é um fenômeno apenas de massa, pois, ela “ocorre em pequenos grupos como a família, o domicílio entre outros. Contudo, a densidade populacional levaria, também, a uma tendência dos cidadãos em orientar suas vidas de acordo com o *visível*; por isso, como os contatos físicos são mais próximos, mas os sociais distantes, cada indivíduo afirmar-se-ia mais pela aparência do que como ser humano. A categorização de pessoas e atividades daria lugar a uma segregação. Uma segregação, que para Park, citado por Hannez (1980), estabelecia *distâncias morais* que tornam a cidade um mosaico de pequenos mundos contíguos, mas amplamente separados (Hannez, 1980:26). Pois, “(...) na competição por um espaço particular o resultado será normalmente determinado pelo tipo de afetação que oferecerá o maior retorno econômico”. Na cidade o espaço residencial separa-se do espaço de trabalho. Portanto, os processos de segregação resultam num mosaico urbano de mundos sociais ainda que haja uma

---

instintivos estabelecidos [na comunidade] eram substituídos por relações formalizadas, contratuais, impessoais e especializadas (...)” (Clark, 1982: 73).

<sup>6</sup> Entendida como o “estudo das relações espaciais e temporais dos seres humanos quando afetados por forças seletivas, distributivas e acomodativas do ambiente”. (Mackenzie, 1925:64, citado por Clark, 1982:142).

grande justaposição de diferentes modos de vida que levariam a uma tolerância e uma perspectiva relativista de conceber a vida urbana – análises que apesar da sua relevância descritiva, estão muitas vezes por detrás da construção de dualismos na teoria urbana convencional.

O argumento de Park culmina com a formulação de uma oposição entre o que é rural e urbano - uma dicotomia que constituiu o cerne das preocupações da Escola de Chicago. No entanto, a explosão urbana atual requer a superação da dicotomia clássica rural-urbano, interpretadas como realidades opostas, uma vez que a prática sócio-espacial urbana na sociedade contemporânea nem sempre mostra um corte polar entre o modo de vida rural e o urbano, mas é caracterizada por uma simultaneidade e interação dos dois modos de vida.

É importante assinalar que apesar dos conceitos de *rural* e *urbano* terem sido representados como pólos opostos de vida isso não significa serem necessariamente separados, uma vez que as características do modo de vida convencionalmente ditas rurais podem ser encontradas tanto no campo como na cidade – o que torna discutíveis os dois conceitos.

O crescimento da cidade de Nampula resultou de um processo de urbanização que inclui a importante componente demográfica como produto da migração campo-cidade e da expansão resultante da inclusão de áreas rurais dentro dos limites administrativos da cidade. A antiga cidade – cidade colonial - absorveu o campo circundante resultando, assim, um *espaço misto* que para sua compreensão, exige uma redefinição não apenas dos conceitos e da dicotomia rural-urbano, mas também, um outro entendimento do fenómeno urbano contemporâneo produzido pelas novas relações entre a cidade e o campo.

Incorporadas nos limites da cidade, as antigas áreas rurais são parceladas e posteriormente vendidas quer para ocupação residencial de frações da população economicamente privilegiada residente no centro da cidade e/ou para construção de infra-estruturas de lazer; são preservadas para futuras afetações definidas pelo Estado; outras áreas são mantidas para a produção agrícola orientada para os mercados da cidade. As intervenções urbanas que tomam lugar nestas áreas ocorrem, em geral, excluindo a população que nelas reside a mais tempo (Araújo, 2003: 168-169).

Assim, um número sempre crescente de pessoas continua a cultivar uma parte dos alimentos de que precisa. A agricultura é praticada, em terrenos dentro dos limites da cidade ou fora deles; desse modo, persistem na cidade agregados familiares ligados, quase exclusivamente, a vida agrícola ou rural. Conseqüentemente, a reclassificação dos espaços rurais em urbanos resulta simultaneamente na difusão do modo de vida urbana em espaços rurais e na incorporação de elementos cuja reprodução está vinculada à vida agrária no espaço urbano. Trata-se de uma dinâmica que não pode ser compreendida apenas a partir do modelo clássico do *continnum* folk-urbano desenvolvido por Redfield. Um modelo que procura contrastar características de uma sociedade urbana com a de uma não urbana ou rural. Segundo o modelo, uma dada comunidade se localizaria em um ponto determinado do *continnum*, mas sempre se movendo em direção ao extremo urbano. Para Redfield, citado por Oliven (1985),

“A urbanização enfraqueceria ou destruiria os firmes laços (...) que integram os homens em uma sociedade rural e criaria uma cultura urbana caracterizada pela fragmentação de papéis sociais e comportamento mais secular e individualista (...) A homogeneidade de uma sociedade rural à qual corresponderia uma estrutura social não-ambígua e monolítica seria substituída na sociedade urbana por uma estrutura social caracterizada por uma diversidade de papéis, ações e significados. A cultura rural, na qual todos os elementos culturais seriam definidos, transformar-se-ia em uma cultura fragmentada na sociedade urbana. As conseqüências inevitáveis da cultura urbana seriam, então, o conflito e a desorganização social” (Oliven, 1985: 16).

A expansão urbana na cidade de Nampula é um processo que fornece elementos para o entendimento de transformações e permanências produzidas por forças e práticas sócio-espaciais homogeneizantes. Pois, ela engloba dentro de si transformações de modos de vida, lá onde a homogeneização impera e os camponeses não conseguem resistir à *ocidentalização* ou ela envolve permanências ou persistências, lá onde a capacidade homogeneizante fracassa e o modo de vida da comunidade rural se mantém embora redefinido.

Contudo, a natureza das transformações ou persistências sócio-culturais pode ser clarificada a partir das contribuições que a análise etnográfica da cidade produz; pois, para o caso da cidade de Nampula, a inclusão de áreas rurais dentro dos limites da cidade implica, por hipótese, uma manutenção das relações e dos costumes dos camponeses na

cidade – que pode não ser explicada apenas como resultado de conservantismo e continuidade cultural – mas, provavelmente, com funções dramaticamente transformadas.

### 1.1.2. Sobre a estrutura urbana

A urbanização contemporânea produz cada vez mais cidades com muitas diferenciações internas. Essas diferenciações – expressas segundo zonas, comunidades, bairros – distinguem-se umas das outras quer pelas aparências físicas, composição da população e pelas características sociais relacionadas quer pelos problemas sociais derivados; características que – como ocorre em Moçambique – se repetem em cada cidade: padrões sociais e residenciais que sugerem que a estrutura urbana é determinada por princípios gerais de localização e de uso de terra, apontando assim para a “operação de forças, sociais e econômicas poderosas, modeladoras que encorajam usos similares, senão idênticos, das parcelas de terra (...) dentro da cidade” (Clark, 1982: 141).

Várias abordagens influenciaram os geógrafos urbanos nas suas tentativas para compreender a estrutura espacial urbana. A primeira, essencialmente ecológica, procura explicar os padrões urbanos a partir da competição, pela localização e pelo espaço na cidade, entre os grupos sociais, - uma competição que levaria ao surgimento de chamadas *áreas naturais* em cada centro urbano. A abordagem ecológica no estudo de comunidades urbanas está intimamente relacionada aos estudos desenvolvidos, entre 1916 e 1940, pela Escola de Sociologia Urbana de Chicago; esta por sua vez influenciada pelas análises de biólogos, no estudo ecológico das plantas, - por isso o uso de terminologia ecológica. Essa perspectiva pressupunha que “(...) forças impessoais que lidavam com o homem como uma espécie, mais do que (...) como depositário de crenças e valores”, operavam no sistema social e criavam padrões de diferenciação social na cidade (op. cit:141).

As análises ecológico-evolucionistas da Escola de Chicago - que dominaram a apreensão da organização urbana, na bibliografia e na prática - culminaram com a formulação do modelo de Burgess, sobre a evolução das aglomerações urbanas por *zonas concêntricas*. No modelo, a organização urbana é explicada como um conjunto do processo modelado, distribuído e posto em relação, pelas *unidades ecológicas*; desse modo, “toda expressão espacial apresenta uma determinada especificidade em relação ao seu meio ambiente

imediatos”. Segundo a teoria da ecologia humana, os principais processos ecológicos que explicaram a organização urbana são: a concentração, centralização, descentralização, circulação, a segregação e a invasão-sucessão.

[A] “*concentração*, ou seja, o aumento da densidade de uma população num espaço e momento determinado; a *centralização* ou especialização funcional de uma atividade ou rede de atividades sobre um mesmo espaço, com a sua articulação hierarquizada com o conjunto do território regional; a centralização com seu corolário a *descentralização*, origina processos de mobilidade da estrutura urbana e, por conseguinte, funções de *circulação* no sentido amplo; a *segregação* se refere ao processo mediante o qual o conteúdo social do espaço se faz homogêneo dentro de uma unidade e se diferencia fortemente em relação a unidades exteriores, geralmente segundo a distância social derivada do sistema de estratificação; por último, a *invasão-sucessão* explica o movimento pelo qual uma nova população (ou atividade) introduz-se num espaço previamente ocupado, sendo repelida pelo assentamento anterior, integrada ou sucedida, como dominante, na unidade ecológica assim pretendida” (Castells, 1979:146).

Uma das abordagens subsequentes à Escola de Chicago é a análise da estrutura urbana segundo os valores da renda do solo – modelo da renda econômica. Baseado na economia neo-clássica o modelo procura explicar os padrões de uso de terra urbanos em termos de competição pelas localizações terra urbana em função da acessibilidade (transporte) e proximidade em relação ao centro da cidade. Com origem no modelo de uso de terra proposto por Von Thünen (1826), o modelo introduzido por Hurd (1903) pressupõe que os valores do solo dependem da proximidade – um fator que por sua vez varia em função do crescimento e da estrutura física da cidade e do uso do solo requerido. As diferenças atribuídas à importância dos usos funcionais entre os principais grupos na ocupação de terra dariam origem a círculos concêntricos de atividades sociais e econômicas dentro da cidade. O modelo da renda do solo idealiza uma cidade monocêntrica situada num plano homogêneo em que os lugares de trabalho localizam-se no seu centro. Os custos de transporte aumentariam em proporção direta com a distância em relação ao centro. Pressupõe-se, assim, que haveria uma perfeita competição e um conhecimento completo sobre o mercado e uma liberdade individual na escolha de terra (Clark, 1982:145; Carter, 1983:262-269).

Uma outra perspectiva, a da Análise da Área Social, foi introduzida por Shevky e Bell (1955) no estudo de diferenciações urbanas. A análise – apoiada em três noções conceituais: mudanças no nível e na intensidade de relações, diferenciação de funções e aumento da

complexidade da organização – sustenta que a escala crescente da sociedade urbana industrial moderna estaria associada com mudanças básicas nas relações econômicas e sociais. Segundo os proponentes do modelo, a principal expressão de uma ordem social crescentemente complexa era vista como a mudança da mobilidade e da composição da população urbana e o isolamento cultural de muitos grupos étnicos. Desse modo,

“(...) a *área social* geralmente continha pessoas com o mesmo nível de vida, o mesmo modo de vida e a mesma base étnica. [Assim que, por hipótese,] (...) pessoas vivendo num tipo particular de área social iriam sistematicamente diferir, quanto às suas atitudes e aos seus comportamentos, de pessoas vivendo num outro tipo de área social” (Shevky e Bell, 1955:20, citado por Clark, 1982:148-149).

Este modelo não explica, no entanto, como as principais divisões sociais na cidade determinam a estrutura social.

Análises que derivam das construções teóricas anteriores permanecem no nível formal, pois, os *modelos* produzidos procuram descrever as configurações urbanas observadas (zonas, setores, núcleos, raios) com base em leis econômicas gerais e não a partir da articulação histórica de vários modos de produção.

As dinâmicas sócio-espaciais que ocorrem na cidade de Nampula requerem uma análise crítica sobre a relação entre a organização social e o espaço – aquela preconizada pelos estudos convencionais da cidade e classicamente pela primeira Escola de Chicago que culminou no modelo de zonas concêntricas desenvolvido por Burgess. O modelo, baseado nas teorias do evolucionismo ecológico, procura descrever como a cidade se constitui a partir de uma competição entre grupos sociais e forças econômicas; portanto, a cidade era concebida, assim, como uma unidade produzida por leis próprias.

Por outro lado, a urbanização em Nampula leva ao questionamento do pensamento convencional atual segundo o qual a vida urbana encontra-se num nível elevado que a vida rural e que a última seria um desvio da norma. Pois, apesar da civilização contemporânea colocar-nos perante o crescimento e dominância de cidades e as cidades e o modo de vida urbana crescendo às expensas das comunidades rurais, - uma análise que concorda com as teses de Redfield e Wirth (também da Escola de Chicago), segundo as quais a relação entre a cidade e a sociedade seria uma influencia unidirecional em que a cidade agiria sobre as

periferias através de um processo de difusão e assim transformando-as à sua imagem - não se pode afirmar categoricamente a superioridade do modo de vida urbano apenas com base numa perspectiva evolucionista.

As perspectivas Marxistas (Manuel Castells, David Harvey e Henri Lefebvre, entre outros) na análise da estrutura urbana, não só superam as anteriores, como representam uma partida radical. Ao aceitar, implicitamente, a economia capitalista, a análise marxista procura explicar a estrutura urbana em termos de processos e relações resultantes da própria economia capitalista questionando a ordem social e econômica vigente. Assim, as divisões social e espacial na cidade são vistas, ambas, como consequência inevitável e necessária do modo de produção capitalista.

### 1.2. A perspectiva de Castells e a cidade

Na abordagem de Castells sobre o espaço, embora insuficiente, aparecem esboçados alguns aspetos que constituem o cerne da análise marxista no estudo da cidade. Pois, para Castells, o espaço é um produto material de uma dada formação social. A análise subsequente coloca o espaço como sujeito passivo, ao referir que seria um produto *determinado* pelas forças produtivas e pelas relações de produção derivadas.

“As combinações e transformações entre os diferentes sistemas e elementos da estrutura [social] se fazem por intermédio de práticas sociais, ou seja, da ação dos homens, determinada pela sua particular inserção nos diferentes lugares da estrutura assim definida. (...) Por consequência, analisar o espaço entanto que expressão da estrutura social equivale a estudar a sua elaboração pelos elementos do sistema econômico, político e ideológico, assim como pelas suas combinações e práticas sociais que derivam dele” (Castells, 1979:151).

Castells prossegue referindo que apesar de elementar a consideração da “cidade como a projeção da sociedade no espaço é um ponto de partida indispensável”. No entanto, deve-se evitar, superando, o empirismo da mera descrição geográfica – conceber “o espaço como uma paisagem em branco sobre a qual se inscreve a ação dos grupos e das instituições, sem encontrar obstáculos que não sejam os vestígios das gerações passadas”. Pois, segundo Castells (1979), “O espaço é um produto material em relação com outros elementos materiais, entre eles os homens, os quais contraem determinadas relações sociais, que dão ao espaço (e

aos outros elementos da combinação) uma forma, uma função, uma significação” (Castells, 1979:141).

Assim, segundo o Autor, surge a necessidade teórica e prática de conceber o espaço como uma “expressão concreta de cada conjunto histórico no qual uma sociedade especifica-se”; daí o estabelecimento de leis estruturais e conjunturais “que regem a sua existência e transformação, assim como a sua articulação específica com outros elementos de uma realidade histórica”. Portanto, a teoria do espaço está vinculada explícita ou implicitamente com uma teoria social geral. Deriva daí que o “espaço urbano está estruturado, ou seja, não se organiza por acaso, e os processos sociais que se referem a ele expressam, especificando-os, os determinismos de cada tipo e de cada período da organização social” (Castells, 1979:141).

Ora, a abordagem proposta por Castells aparece com um cunho estruturalista e funcionalista (althusseriano) – devido a ênfase dada ao elemento econômico na estruturação do espaço urbano num processo em que os aspetos das relações socio-espaciais são dominados pela estrutura econômica – e não parece superar o materialismo clássico. Assim, o espaço aparece como mero receptáculo de estruturas econômicas, políticas e ideológicas<sup>7</sup>.

### 1.3. A perspectiva de Lefebvre e a cidade

A abordagem teórica para análise dos espaços urbanos, ou das cidades em Moçambique, sugerida neste trabalho inspira-se na teoria espacial proposta por Lefebvre, a qual parece superar as limitações teóricas da escola ecologista, assim como, do marxismo estruturalista. Segundo Lefebvre, o espaço não é apenas o local onde ocorrem os eventos – função de receptáculo – mas também significa a permissão social de engajar-se nesses eventos – função da ordem social. Nesta perspectiva, Gottdiener (1993) refere que

“Para Lefebvre, as coerências da ordem espacial controlam as contradições inerentes ao capitalismo em benefício dos interesses predominantes na sociedade. Portanto, capitalismo como modo de produção sobreviveu, em parte, por seu uso do espaço como reforçador daquelas relações sociais necessárias a essa sobrevivência (...)” (Gottdiener, 1993:127).

<sup>7</sup> Deriva daqui a análise segundo a qual as cidades na África seriam caracterizadas pela “justaposição ecológica de duas cidades, a indígena e a ocidental, naquelas aglomerações herdadas do colonialismo” (Castells, 1979:53); no entanto, parece que, os bairros de elite, dos trabalhadores pobres, dos imigrantes rurais não são justapostos,

A perspectiva lefebvriana avança com uma contribuição, que parece pertinente, ao revelar a relação entre o Estado e o espaço. Segundo Lefebvre, citado por Gottdiener (1993:130),

[O] “espaço torna-se, para o Estado, um instrumento político de importância capital. O estado usa o espaço de forma que assegura o seu controle dos lugares, sua hierarquia estrita, a homogeneidade do todo e a segregação das partes. É, assim, um espaço controlado administrativamente e mesmo policiado” (Lefebvre, 1979:288).

A hipótese teórica, por detrás do estudo, concebe o espaço enquanto produto e (re)produtor das relações sociais de produção; uma compreensão, que segundo Lefebvre (1976) requer a tomada da noção de *produção* num sentido mais amplo: *aquele da produção das relações sociais e reprodução de determinadas relações*. Deste modo, o espaço urbano, no contexto capitalista, seria um “esquema em sentido dinâmico (...) comum às atividades diversas, aos trabalhos divididos, a cotidianidade, às artes, aos espaços criados pelos arquitetos e urbanistas; (...) um espaço que seria a relação e sustentáculo de inerências em dissociação, de inclusão na separação” (Lefebvre, 1976: 34-37).

Na perspectiva do Autor, a cidade não seria apenas a acumulação de riquezas monumentais, mas também centro de nascimento do conhecimento e lugar da reprodução de todas as relações sociais. A reflexão toma a cidade como *produto*, mas também como *obra*, da história e dos modos de produção. Assim, o desenvolvimento da cidade contém um processo cumulativo – de conhecimentos, técnicas, coisas, pessoas, riquezas, dinheiro e capital – caracterizado por simultaneidades, interações e desigualdades de desenvolvimento. Nesta perspectiva, segundo Lefebvre (1973), a cidade é vista como o lugar da acumulação, pois, o centro urbano passou a desempenhar um papel cada vez mais importante na formação, realização e distribuição da mais-valia.

A vida urbana penetra na vida camponesa num movimento de transformações e resistências que acentuam a oposição urbanidade-ruralidade. Desde modo, a relação cidade-campo, vista como uma relação dialética, constitui uma oposição conflitual que só tende a superar-se quando o antigo campo e a antiga cidade se reabsorvem no tecido urbano realizado.

---

são hierárquicos, e representam espacialmente a hierarquia econômica e social, setores dominantes e subordinados.

A compreensão dessas dinâmicas torna-se relevante ao se considerar que ao longo do século XX, a África, Moçambique em particular, foi palco de diversas perturbações de ordem demográfica, econômica, política, social e cultural que influenciaram no processo de urbanização – caracterizado fundamentalmente pela inclusão de população rural dentro da cidade, num percurso que, segundo Santos (1981), não conheceu “uma passagem da população do setor primário para o secundário e, em seguida, para o terciário” -; assim o tecido urbano, a cidade em África, mostra a simultaneidade de diferentes modos de produção e de fenômenos rurais e industriais.

Ora, a cidade é, também, um espaço ligado a uma história particular do lugar e é neste contexto que se torna relevante a análise da história da urbanização em África, em Moçambique, e aquela específica de Nampula. Uma história que mostra a gênese da cidade vinculada às necessidades da economia mercantil colonial; pois, a construção da cidade visava a criação de um posto de controle administrativo não apenas do território colonizado, mas e fundamentalmente, da produção e exportação de matéria-prima para os países colonizadores. Assim, a cidade produzida em função da acumulação de capital procurou representar um espaço concebido segundo modelos da cidade europeia – tipo de arquitetura e modo de vida – que na realidade projetou no solo as divisões e separações operadas na sociedade e a prática urbana se tornou a base de sua reprodução.

A cidade enquanto objeto espacial ocupa um lugar e uma situação distintos do espaço rural. As relações que se estabelecem entre os dois espaços dependem do sistema de produção e, por conseguinte, da divisão do trabalho na sociedade. Assim, a cidade coloca-se como uma transição entre uma ordem próxima – relações de imediatez, relações diretas entre as pessoas e grupos que compõem a sociedade (famílias, corpos organizados, profissões e corporações, etc.) relações com o campo circundante – e uma ordem distante, aquela da “sociedade tomada no seu conjunto” - ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma *cultura* e por conjuntos significantes. Como transição, a cidade é o lugar onde se manifestam as contradições da sociedade, dentre elas as contradições entre o poder político e os grupos diversos os quais encontram certa afinidade comum dentro do Estado (ibidem). Nessa perspectiva, Lefebvre refere que

“a cidade é uma *mediação* entre as mediações. [Na] ordem próxima, ela a mantém; sustenta relações de produção e de propriedade; é o local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela se sustenta; encarna-a; projeta-a sobre o terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata; a cidade inscreve essa ordem, prescreve-a, *escreve-a*, texto num contexto (...)” (Lefebvre, 1991;46).

A dispersão da cidade, de acordo com Lefebvre (1976), só pode ser esclarecida mediante uma análise dialética e recorrendo ao método dialético. Pois, a cidade, a sua negação através da industrialização, restitui-se a uma escala maior, aquela correspondente a sociedade inteira. Nesse processo, as relações de produção existentes vão estendendo-se, ampliando-se, conquistando uma base maior, atraindo a simultaneamente a agricultura e a realidade urbana. Assim, dum lado, se constituem centros de decisão – onde se concentra a riqueza e o poder e, por outro, a dispersão suscita segregações multiformes: os elementos da sociedade ficam inexoravelmente separados no espaço; uma dissolução das relações sociais que se soma à concentração das relações vinculadas com as relações de propriedade (ibidem).

Trata-se assim duma análise crítica às descrições sobre os espaços urbanos em África, particularmente em Moçambique, onde a industrialização tem um papel pouco relevante na urbanização, que referem a centralidade da cidade colonial que continua *dominando* o campo circundante, através da inclusão no seu interior como *novos* bairros urbanos ou expandindo, de forma desigual, funções e serviços convencionalmente considerados *urbanos*.

A segregação, a constituição de espaços periféricos e pobres, ao permitir a reprodução das relações de produção, relações de classe, constitui uma negação teórica e prática do urbano ao mesmo tempo em que o revela. Por isso, a leitura dos espaços urbanos, periféricos ou centrais, não se pode fazer apenas através de mapas e da elaboração de códigos abstratos, mas antes se trata de uma leitura *sintomal* (Lefebvre, 1976: 63-71).

Nesse contexto, a cidade é concebida como um *espaço diferencial*<sup>8</sup> cuja análise depende, de acordo com Lefebvre (2002), de níveis (*nível global*: do exercício do poder, do Estado - onde serão analisadas as estratégias espaciais levadas a cabo pelo poder político, aí incluindo as ações que influenciam a distribuição dos recursos, dos rendimentos, da mais-

<sup>8</sup> Um espaço que “retém particularidades, retomadas através do filtro do espaço homogêneo. (...) As particularidades cuja homogeneização não foi levada a termo sobrevivem, restabelecem-se com outro sentido. Pois, as diferenças resultam da “inserção [das particularidades] numa ordem espaço-temporal dupla: próxima e distante”. (Lefebvre, 2002:124)

valia, e a sua projeção no domínio edificado e não edificado; *nível misto*: especificamente do urbano ou da cidade - domínio edificado e não edificado: das funções urbanas relacionadas ao território circundante e as funções internas, assim como estruturas urbanas (serviços) a serviço da vizinhança e a serviço da vida urbana e; *nível privado*: domínio edificado, o da oposição entre o *habitar* e *habitat*) e dimensões - aquelas que compreendem a projeção das relações sociais no espaço, o confronto das estratégias sócio-espaciais e a prática urbana como realidade com vitalidade específica.

Portanto, a apreensão, assim concebida, permite captar não apenas as relações de produção e de classe, mas também o fato de os países ditos subdesenvolvidos, como é o caso de Moçambique, serem caracterizados pela simultaneidade de dinâmicas inerentes à economia camponesa, economia mercantil industrial colonial e a vigente economia capitalista moderna - donde podem ser derivados três *eras ou espaço-tempos*<sup>9</sup>: *rural, industrial e urbana*<sup>10</sup>. - uma simultaneidade que se projeta nos espaços urbanos.

<sup>9</sup> Lefebvre distingue três *eras* ou espaço-tempos (concebidos não na perspectiva histórica, econômica ou sociológica, mas global) de fenômenos sociais, sensações e percepções, de espaços e de tempos, de imagens e de conceitos, de linguagem e de racionalidade, de teorias e práticas sociais. O *rural* (camponês): espaço-tempo "cíclico que justapõe as particularidades locais"; *industrial*: espaço-tempo "que tende para a homogeneidade, para a unidade racional e planificada das coações; e o *urbano*: espaço-tempo diferencial em cada lugar e cada momento têm existência num conjunto, "pelos contrastes e oposições que o vinculam aos outros lugares e momentos, distinguindo-o" (Lefebvre, 2002:37-45).

<sup>10</sup> O *urbano*, segundo Lefebvre, supera a noção de cidade e de vida na cidade; pois, "nasce com a explosão da cidade, com seus problemas e a deterioração da vida urbana. Assim., o *urbano* é "uma forma[, mas também processo] geral: aquela da reunião [de isso-, hetero- e u- topias], aquela da simultaneidade, aquela do espaço-tempo nas sociedades, forma que se afirma de todos os lados no curso da história e em quaisquer que sejam as peripécias dessa história". É, portanto, uma noção que "parte duma teoria sobre o espaço (social) enquanto produto-produtor, quer dizer, engendrado pelo modo de produção", mas que intervém nas forças produtivas, na organização do trabalho, nas relações de propriedade, nas instituições e ideologias (Lefebvre, 1986: 160).

## CAPÍTULO II

### A URBANIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

#### 2.1. As características da urbanização

O estudo da urbanização dos países subdesenvolvidos ou do Terceiro Mundo requer uma análise do próprio processo de *subdesenvolvimento* – um processo inerente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Pois, segundo Castells (1979), o subdesenvolvimento resulta da “expansão do modo de produção capitalista em que distintas formações sociais cumprem funções diferentes e possuem características peculiares correspondentes a estas funções e a sua forma de articulação”. São efeitos que se desdobram da inserção diferencial dos países numa estrutura que se expande superando fronteiras institucionais e em torno de relações de dominação e dependência no que concerne ao desenvolvimento. Assim, trata-se de uma expressão da dependência na própria estrutura interna das sociedades no sistema produtivo e nas relações de classe dos países do Terceiro Mundo. Por isso, o processo de urbanização reflete a ligação da dinâmica social, já esboçada, no espaço; ou seja “trata-se da configuração espacial resultante da penetração do modo de produção capitalista, historicamente formado nos países ocidentais”, nas restantes formações sociais com “diferentes níveis de desenvolvimento técnico, social e cultural” (Castells, 1979: 54-55) – como é o caso das sociedades predominantemente tribais da África Negra.

Em África, e especificamente em Moçambique, o sistema de dominação organizou-se sobre cidades criadas, na sua maioria, a partir de centros de serviços que mantinham uma estreita ligação com a metrópole colonial. Grande parte das atuais cidades moçambicanas, não só resultaram de antigos centros de negócios, mas também como eram, fundamentalmente, centros portuários. A função principal dos antigos centros de negócios era a exportação de matérias primas para a metrópole portuguesa. Nesse contexto Castells (1979) refere que se tratava de

“(...) *centros de negócios* diretamente ligados às metrópoles coloniais – daí a inexistência de uma rede urbana de interdependências funcionais no espaço nacional -, escalas nas rotas comerciais (e, portanto, quase sempre um porto) e centros comerciais para o consumo interior. São as *gateways cities*, forma urbana da economia de tráfico, princípio de integração

subordinada de uma burocracia comerciante local com os negociantes imperialistas e soldados encarregados pela sua proteção” (Castells, 1979: 57).

Mais tarde, as cidades assumiram funções administrativas – como espaços urbanos que reproduziam as cidades da metrópole. Desse modo, o desenvolvimento do modo de produção capitalista e o aumento do ritmo da industrialização vão influenciando a configuração social e espacial das sociedades dominadas. Trata-se, antes, “do impacto do processo de industrialização através de uma relação de dependência específica”. O ritmo e as formas do crescimento das cidades nos países dependentes, que é o caso de Moçambique, espelham a articulação das relações econômicas e políticas – relações de dominação; colonial, capitalista-comercial e imperialista e financeira.

Depois da independência de Moçambique em 1975, a dominação colonial por parte da metrópole portuguesa deixou de influenciar, pelo menos de forma direta, as políticas de desenvolvimento territorial do país. A adoção do modelo de desenvolvimento socialista introduziu novas singularidades nas relações sociedade-espaço.

Mesmo considerando que Moçambique se encontrava numa fase transitória para uma formação social socialista admite-se que a propriedade privada dos meios de produção fora extinta e deixará de ser o elemento estrutural da sociedade; o mercado enquanto elemento não regulador da economia nacional também deixará de influenciar diretamente o processo de urbanização como ocorria durante o período colonial. Ocorreu, portanto, o que Castells (1979) refere como um deslocamento do sistema dominante em que o político tomou o lugar do econômico; onde “o fator principal da organização social é o Estado, e através do Estado, o partido no poder<sup>11</sup>”. Desde modo, o desenvolvimento urbano em Moçambique começou a ser determinado pela “primazia do político e a sua independência em relação à economia”. Ora, a política, de desenvolvimento sócio-econômico, adotada pelo Estado socialista priorizava o desenvolvimento rural. Nessa perspectiva, a nova orientação econômica sustentava que a agricultura era a base e a indústria um fator dinamizador da economia nacional e por isso estimulava investimentos preferenciais na agricultura e no meio rural. Paralelamente foi

---

<sup>11</sup> Depois da Independência de Moçambique o poder do Estado socialista era exercido através do partido FRELIMO, antigo braço armado da Luta pela Independência, ainda hoje no poder.

lançado o projeto das *aldeias comunais*<sup>12</sup> que tinha como objetivo reduzir as diferenças entre a cidade e o campo. No entanto – tal como aponta Castells (1979), “ditas diferenças estão baseadas na subordinação econômica da agricultura a indústria e (...) o restabelecimento do equilíbrio entre os dois setores é antes um processo econômico e social que espacial<sup>13</sup>” – as poucas experiências de aldeias comunais apenas permaneceram lá onde os solos permitiam o cultivo agrícola, provavelmente, como centros que reproduziam a sociabilidade rural mais do que centros de equipamentos coletivos. Na sua maioria, as aldeias comunais ou não se desenvolveram porque foram estabelecidas em espaços onde os solos não eram suficientemente férteis para a produção agrícola ou foram destruídas pelos rebeldes durante a guerra civil<sup>14</sup>.

A fusão entre a cidade e o campo ocorreu nas cidades-capitais provinciais. Pois, apesar dos investimentos quase nulos no desenvolvimento das cidades, estas continuaram a receber incrementos de população rural quer como resultado das diferenças de desenvolvimento quer pela insegurança no campo provocada pela propagação da guerra civil nos anos 80.

“Em Moçambique, as décadas de 70, 80 e 90 foram caracterizadas pela ocorrência de fatores conjunturais adversos (guerra colonial, guerra civil e calamidades naturais) que alteraram o desenvolvimento normal da distribuição territorial da população a partir dos centros urbanos. Este fenómeno (...) inverteu o sentido da expansão urbana, com todas as consequências sociais, econômicas e ambientais daí decorrentes. Isto sucedeu porque os fatores conjunturais referidos tornaram o meio rural extremamente repulsivo e os espaços urbanos e urbanizados adquiriram valores atrativos (...)” (Araújo, 2003:168).

Até 1986 o movimento da população alterava os modelos clássicos de desenvolvimento urbano. O crescimento urbano ao invés de ocorrer à custa do espaço peri-urbano, a periferia avançava em direção ao centro, conferindo à este características marcantes de *suburbanização* e de *ruralização* – um fenómeno designado por *implosão urbana* atualmente muito frequente em África (op. cit: 169). A partir de 1986 o Estado decreta a inclusão de áreas periféricas – porque produziam alimentos para os mercados urbanos - dentro

<sup>12</sup> Designação dos assentamentos humanos rurais concebidos segundo a experiência das chamadas *zonas libertadas* – pequenas aldeias relativamente autônomas que serviam de apoio a FRELIMO durante a luta pela Independência.

<sup>13</sup> Mas é necessário entender que o espaço, aqui colocado com um papel passivo, não é um mero receptáculo dos processos econômicos e sociais.

dos limites administrativos das cidades, provavelmente inspirado na experiência soviética das *agro-cidades*. É assim que, segundo Araújo (2003)

“Um outro fator que em África tem tido implicações directas no processo urbano é aquele que diferentes autores designam por *reclassificação urbana*. Esta consiste no aumento, por *decreto*, da área das cidades, alterando os seus limites administrativos, com o argumento de que a cidade necessita de novas áreas de expansão” (Araújo, 2003: 169).

O fenómeno da reclassificação urbana, cujos objetivos carecem de investigação, não só atribui novas especificidades ao processo urbano em Moçambique, “como introduz, administrativamente, espaços de características sócio-económico-culturais rurais dentro dos limites do município urbano”. É neste contexto que as áreas periféricas das cidades em Moçambique tornaram-se *zonas de transição* entre as formas dispersas de ocupação do solo rural e o espaço urbano de ocupação concentrada.

“Na realidade, as áreas peri-urbanas das cidades moçambicanas, administrativamente consideradas espaços urbanos, são cinturas de território onde as características da sociedade rural se misturam com formas económico-sócio-culturais urbanas. Em vários bairros desta cintura peri-urbana, a maioria dos seus habitantes sobrevive da atividade agrícola familiar, tal como sucedia nas áreas rurais de origem, assim como o tipo de habitação é semelhante àquele que tinham no campo” (Araújo, 2003:168).

Segundo Araújo (2003), as áreas peri-urbanas funcionam como espaços onde a população imigrante constrói residência transitória no seu percurso a procura de inserção na economia urbana; são espaços procurados, pela população com rendimentos altos e vivendo no centro da cidade, para fixação de uma segunda ou terceira residência – num processo não isento de conflitos de posse de terra; e funcionam como reservas para expansão urbana planificada e reassentamento de população retirada de áreas impróprias para habitação ou sujeitas a intervenções planificadas.

Em 1987 o Estado e o partido no poder abandonam a ideologia de inspiração marxista-leninista e o modelo de desenvolvimento socialista. A partir de 1992 as políticas de desenvolvimento sócio-económico retomam de forma explícita os modelos ocidentais de economia liberal, comumente chamados de economia de mercado. A atual conjuntura sócio-

---

<sup>14</sup> Presumivelmente a guerra civil visava destruir as infraestruturas que promoviam um modelo de vida supostamente inspirado no *comunismo*.

econômica começou a alterar as dinâmicas de crescimento urbano “voltando a aproximar-se dos modelos mais clássicos, onde o poder do capital e a especulação fundiária urbana retomam o seu lugar determinante e perverso para os grupos mais desfavorecidos” (Araújo, 2003: 169). Contudo, a falta de investimentos nas infra-estruturas e serviços urbanos, que as cidades experimentaram depois da independência nacional, aliada a falta de políticas explícitas de desenvolvimento urbano<sup>15</sup> levou não apenas a degradação das condições existentes como não estimulou um crescimento urbano que mitigasse as demandas do crescimento populacional.

As descrições expostas sobre a urbanização em Moçambique mostram que os espaços urbanos atuais mantêm a configuração espacial semelhante a da cidade colonial – uma paisagem urbana que segundo a análise convencional da cidade no Terceiro Mundo possui uma característica dual, ou ainda, que *existem duas ou mais cidades dentro da mesma cidade!* – para referir as diferenças espaciais produzidas pela prática sócio-espacial urbana. Nesse contexto, e a partir dos modelos estruturalo-funcionalistas, Araújo (2003) refere sobre a paisagem dos espaços urbanos em Moçambique, que

“As transformações ocorridas nestes espaços depois da independência nacional não eliminaram a dualidade econômica, social e de organização territorial, pois a principal alteração foi apenas demográfica (...). A *cidade de cimento* mantém-se com as mesmas características, mas mais degradada em termos de infraestruturas e serviços. Ela apenas deixou de ser *branca*, mas não deixou de segregar a área suburbana (a *cidade de caniço*). Esta, por seu lado, manteve, e até agudizou, as características de precariedade e de espaço excluído, mas, ao mesmo tempo, adquiriu outras facetas resultantes do impacto dos fluxos migratórios (...)” (Araújo, 2003: 169).

A partir destas descrições Araújo (2003) propõe um modelo para as cidades em Moçambique cuja estrutura é constituída por três “manchas circulares concêntricas” distintas – onde a terceira mancha resultaria da subdivisão da antiga *cidade de caniço* em dois anéis: o primeiro com características da antiga *cidade de caniço*, mas onde o caniço começa a ser substituído por cimento; o segundo resultante do aumento da área administrativa da cidade (incluída aí a reclassificação das áreas rurais) e que comporta elementos de ruralidade; a

<sup>15</sup> Depois da Independência de Moçambique (1975) não foram adotadas nenhuma política explícita de gestão dos espaços urbanos, mesmo aquelas inspiradas no planejamento neoliberal. O urbanismo atualmente em curso é disseminado pelo setor privado com o estímulo implícito do Estado.

análise conclui que “as condições de urbanização e sócio-econômicas se degradam do centro para a periferia” (Araújo, 2003:170).

A abordagem de Araújo sobre os espaços urbanos em Moçambique – a qual deriva para a suposição de que a cidade conteria duas ou mais cidades – e os modelos daí produzidos têm a sua relevância descritiva. No entanto, não permite apreender as contradições que os diferentes espaços refletem como expressão daquelas vigentes na sociedade moçambicana. A dualidade espacial tem que ser entendida como resultado de práticas sócio-espaciais que emanam da penetração da economia mercantil e industrial (européia) numa sociedade com economia camponesa (africana). Os dois ou três anéis constituem espaços articulados – inseridos diferencialmente no espaço globalizante, a cidade, por meio de estratégias de inclusão-exclusão, segregação social, funcional e residencial –, segundo a hipótese deste trabalho, para a reprodução das relações sociais vigentes numa sociedade em que as diferenciações sociais estão baseadas na acumulação de riqueza e na capacidade aquisitiva de mercado.

O modelo dos anéis proposto por Araújo (2003) apesar de se basear nas descrições das diferenças na composição da população, ocupação, ou atividade econômica, qualidade de vida, tipo e qualidade de habitação, não explica como e por que tais diferenças surgem no espaço. A impressão é que os habitantes da cidade agem de maneira autônoma, segundo suas vontades e têm um controle sobre as imposições da vida cotidiana a que estão sujeitos – aí as diferenças espaciais na cidade aparecem como produto ou do comportamento dos indivíduos ou duma força impessoal.

Portanto, a reflexão aponta para a compreensão das diferenças espaciais, da dualidade, a partir duma análise dialética; pois, os diferentes espaços descritos encontram-se articulados numa mesma lógica – aquela da acumulação de capital e conseqüentemente da reprodução das relações sociais.

## 2.2. A cidade de Nampula

A cidade de Nampula localiza-se na região nordeste da República de Moçambique<sup>16</sup> entre os paralelos 15° 01' 35" e 15° 13' 15" de Latitude Sul e entre 39° 23' 28" e 39° 10' 00" de Longitude Este. Atualmente é a capital da província de Nampula. Administrativamente a cidade constituiu-se como um distrito municipal onde os limites da cidade coincidem com os do município<sup>17</sup> (Figura 5 anexo 3) – o que coloca elementos para o questionamento das relações cidade-campo numa primeira hipótese.

Historicamente, a cidade de Nampula tem a sua origem ligada a construção de um posto militar<sup>18</sup> por uma expedição da armada portuguesa por volta de 1907<sup>19</sup>. O posto militar passara a funcionar como sede da capitania e centro da expansão colonial portuguesa para toda a região norte de Moçambique. A fixação definitiva da administração colonial ocorreu por volta de 1930, quando a linha férrea, construída a partir de Lumbo, atingiu a localidade de Nampula, depois da Primeira Guerra Mundial. Em finais de 1934 a localidade de Nampula passou a ter o estatuto de *vila*<sup>20</sup> e,

“Um ano depois (1935), a vila de Nampula passa a ser a capital do território do Niassa, que abrangia o território das actuais províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa. Nessa altura, devido à sua importância e ao território que administrava, instala-se na vila o 1º Governador, os Serviços de Administração Civil, os Serviços de Obras Públicas, de Agricultura,

---

<sup>16</sup> A República de Moçambique localiza-se na região austral do continente africano e faz parte duma região mais vasta correntemente designada África negra. O país faz fronteira com a África do Sul e a Suazilândia ao Sul e Oeste – e com o Zimbábue; ao norte com a Zâmbia, o Malawi e a Tanzânia; a Este o país é banhado pelo Oceano Índico (Figura 1: anexo 1). A constituição de Moçambique como Estado ocorre depois da independência político-administrativa em Junho de 1975 – que põe fim a um longo período de colonização portuguesa. Atualmente, o país, cuja capital nacional é Maputo, tem uma divisão administrativa hierarquicamente composta por províncias, distritos, localidades e postos administrativos.

<sup>17</sup> Como princípio geral, os municípios em Moçambique são unidades administrativas urbanas cujos limites coincidem com os da cidade.

<sup>18</sup> O posto militar foi construído no centro de um assentamento populacional sob tutela de uma autoridade tribal local posteriormente designada, pela administração colonial, por régulo Nampula. A autoridade tradicional teria constituído, portanto, uma centralidade local antes da colonização.

<sup>19</sup> “A primeira penetração portuguesa no território da [atual] província de Nampula remonta a 1896, com o objectivo de ocupar e colonizar os reinos [locais] da Macuana, Marusa e Mongole. Nesta primeira penetração colonial foram fundados, em 1897, [três postos administrativos entre eles o de Itoculo], a cerca de 53 km do litoral, que servia como sede de capitania” (Lopes, Araújo e Hermind, 1995:7)

<sup>20</sup> Antes Nampula tornara-se a sede de um dos 15 comandos militares – o da Macuana – criados em 1917 com a extinção das antigas capitânias. A criação dos postos militares decorreu pela necessidade de imposição da força devido a forte resistência dos reinos locais a penetração colonial.

de Agrimensura, de Indústria e Geologia, de Saúde, de Instrução, de Veterinária e os Correios e Telégrafos, entre outros”.

“A 4 de Setembro de 1940 é criada a diocese de Nampula, dando-se início a uma intensa ocupação missionária. Impulsiona-se o ensino secundário com a abertura dos 2 primeiros colégios/liceus, seguidos da escola técnica elementar. Por esta altura é criada a comarca de Nampula, cortando com toda a dependência administrativa em relação a Ilha de Moçambique”.

“Em 26 de Agosto de 1956 a vila de Nampula é elevada à categoria de cidade, com a denominação de *Cidade de Nampula*” (Lopes, Araújo e Hermind, 1995: 8).

Portanto, para compreender a cidade de Nampula torna-se necessário entender uma história territorial que revela uma estreita relação da cidade com um espaço mais amplo. Pois, desde a sua origem, a cidade de Nampula sempre teve uma importância estratégica, política e económica em relação aos territórios do interior e norte do país – o que lhe vale o estatuto de *capital do Norte*<sup>21</sup>. Porque a cidade é atravessada

“(…) pelos mais importantes eixos de comunicação do Norte do País, o que (...) confere (...) um papel de relevo como centro de ligação entre todos os pontos do território a Norte do Zambeze”.

“Na realidade, por aqui passa o *corredor de Nacala* que, através duma importante via ferroviária e rodoviária, liga o porto de Nacala com o interior do país e com o Malawi. Também o eixo rodoviário Centro/Nordeste, de importância vital para o desenvolvimento a Norte do Zambeze, cruza o distrito e cidade de Nampula, daqui continuando para Nordeste, em direcção a Cabo Delgado, e ramificando-se para Este e Oeste, em direcção ao litoral e ao Niassa” (Lopes, Araújo e Hermind, 1995: 6 e 7).

O papel central da cidade de Nampula dentro da região norte de Moçambique pode ser apreendido, também, através da mobilidade populacional. Segundo os dados do censo populacional de 1997, a cidade de Nampula tem uma população de 303.5 mil habitantes distribuídos por 18 bairros. Em 1980 a cidade tinha um total de 145.722 habitantes (Figura. 2 página seguinte). O aumento da população pode ser explicado não apenas pelas contribuições demográficas do crescimento natural da população urbana, mas também por fatores como a

---

<sup>21</sup> Como reconhecimento da centralidade da cidade de Nampula na região norte do país.

migração rural-urbana - provocada pelas diferenças de desenvolvimento entre o campo e a cidade e pela guerra civil (que forçou a migração da população rural para a cidade em busca de segurança) – os movimentos migratórios da população a partir dos distritos e de outras províncias do país assim como a *reclassificação* de áreas rurais em urbanas que passou a ocorrer a partir de 1980.

**Figura 2: População residente na cidade de Nampula e no país (1970-1997)<sup>22</sup>**

Anos	1970	1980	1991	1997	Crescimento médio anual (%)		
					70-80	80-91	91-97
Cidade de Nampula	23.072	145.772	232.670	303.346	20,2	4,3	4,5
País	207.600	1.555.342	2.550.236	3.060.602	22,3	4,6	3,1

Em 1970 cerca de 40% da população residente nas cidades era estrangeira – constituída por colonos que ocupavam o centro urbanizado das cidades e alguns bairros periféricos construídos para a classe de colonos com menos recursos econômicos (operários e funcionários públicos). Com a independência nacional a maior parte dos colonos abandonou o país e “as cidades foram ocupadas por população moçambicana (ou nativa) vinda dos subúrbios e do campo” circundante. A população na cidade de Nampula aumentou 6,3 vezes, tendo um crescimento médio anual de cerca de 20% (próxima à média do país). Durante este período a cidade de Nampula, como as restantes do país, manteve o mesmo número de infraestruturas residenciais e o mesmo tamanho de serviços urbanos – tanto no centro, a *cidade de cimento*, como nos subúrbios, a *cidade de caniço*. Como tal foi sintomática a densificação da ocupação das unidades residenciais assim como a intensificação do uso das infraestruturas e serviços urbanos existentes. Estimando que o crescimento natural da população tem pouca influência, o aumento da população na cidade entre 1980 e 1991 deveu-se em grande medida a migração campo-cidade exacerbada pela guerra civil terminada em 1992. Neste período, a população abandonou o meio rural, fustigado pela guerra, e refugiou-se na cidade a procura de segurança (Araújo, 2003:174). No período seguinte, o aumento populacional estaria relacionado com a reclassificação das áreas rurais, mas também com outros fatores ainda não estudados.

<sup>22</sup> Fonte: Araújo 2003:172.

É, portanto, a partir de um entendimento da centralidade da cidade de Nampula, isto é, no plano da região que se podem compreender as transformações e permanências produzidas pelo processo de expansão urbana.

No plano da ordem próxima, da cidade enquanto lugar da reprodução da vida, a produção do espaço urbano da cidade de Nampula resulta, assim, do que Lefebvre refere como, um processo cumulativo relativamente contínuo, de conhecimentos, técnicas, coisas, pessoas, riquezas, dinheiro e capital, caracterizado por simultaneidades, interações e desigualdades de desenvolvimento; um processo que se exprime pela simultaneidade do que é rural, industrial e urbano – que, por isso, requer uma redefinição das relações cidade-campo. A cidade de Nampula, na região norte e no território de Moçambique, tornou-se o lugar da acumulação, cuja centralidade se exerce histórica e espacialmente pela divisão social, pelas desigualdades e hierarquias. O centro urbano desempenha cada vez mais um papel importante na formação, realização e distribuição da mais-valia – um processo atualmente intensificado nas cidades moçambicanas com o fim da guerra civil.

### 2.3. A paisagem da cidade de Nampula

A configuração sócio-espacial atual da cidade de Nampula resulta de um desenvolvimento sócio-econômico influenciado por processos múltiplos e cumulativos. Depois da sua elevação a categoria de cidade, durante as décadas 60 e 70, o crescimento de Nampula esteve vinculado a um plano parcelado de 270 hectares. A cidade estendia-se desde a linha férrea Nacala-Entre Lagos, ao norte e a Estrada Nacional No. 8 em direção ao sul. Os limites atuais da cidade superam de longe os limites da cidade colonial. Eles conformam um espaço urbano produzido pelas dinâmicas resultantes da migração rural-urbana, pela inclusão de áreas rurais dentro dos limites da cidade – designada por reclassificação urbana – num processo em que a centralidade da cidade prevalece e influencia as dinâmicas internas e externas ao espaço urbano.

As descrições correntes sobre a paisagem urbana atual da cidade de Nampula distinguem três áreas (Figura 3, pág. 39) ou *zonas*: *urbanizada*, *semi-urbanizada* e *não urbanizada* – que correspondem a *área urbana* (cidade de cimento), *área suburbana* (cidade de caniço) e *área peri-urbana* na classificação de Araújo (2003), respectivamente. Derivando

do modelo de Araújo 2003, Lopes, Araújo e Hermind (1995) descrevem a paisagem da cidade de Nampula do modo como se segue:

A *zona urbanizada*, designada também por *zona central*, compreende o espaço construído durante o período colonial. Neste espaço concentra-se a maior parte das infra-estruturas e dos serviços urbanos à semelhança da cidade europeia (inclui infra-estruturas de habitação, administração, comércio, cultura e recreação). A construção da zona urbanizada obedece a modelos da arquitetura europeia, com edifícios que não ultrapassam os oito andares. A área é servida por uma rede de 40 km de ruas e avenidas. A *zona urbanizada* inclui áreas de seis bairros<sup>23</sup> da cidade que ocupam no seu conjunto 2,46 Km<sup>2</sup>, ou seja, 0,61% da área total da cidade. Segundo os dados do Censo populacional de 1997 a zona urbanizada é habitada por uma população de 16.229 indivíduos, cerca de 5% dos habitantes da cidade na sua maioria homens (54,6%) e adultos com idades compreendidas entre 15 e 64 anos.

A *zona semi-urbanizada* é constituída pelos subúrbios. Inclui áreas de cinco bairros<sup>24</sup> as quais estavam reservadas como áreas de expansão do parque habitacional no plano diretor da cidade concebido na época colonial. Trata-se de um espaço que circunda a zona urbanizada e é caracterizado, dum lado, por moradias construídas segundo modelos arquitetónicos europeus e, de outro, habitações construídas espontaneamente e sem a devida autorização das estruturas municipais “estas são feitas de material precário, muito juntas umas das outras”. A acessibilidade para os bairros é assegurada por ruas de terra batida, na sua maioria, afetadas pelo ravinamento. A atividade comercial *formal* é reduzida. A presença de pequenas serralharias, latoarias e carpintarias, dentro do espaço residencial, testemunha uma atividade artesanal muito intensa. Na *zona semi-urbanizada* vive a maior percentagem da população da cidade (53,3%) na sua maioria homens (52,3%) e adultos, numa proporção abaixo daquela da *zona urbanizada*. Os serviços urbanos são escassos (Figura 5 e 6 – anexo 4 e 5). Por exemplo, com uma população potencial em idade escolar (0-14 anos) de 71.162 indivíduos, correspondentes a 44,0% dos jovens da cidade, existem apenas duas escolas com um total de 21 salas de aula.

A *zona não urbanizada* é caracterizada por construções de habitação na sua maioria denominadas de *tipo tradicional* – termo convencionado para designar uma construção cujas

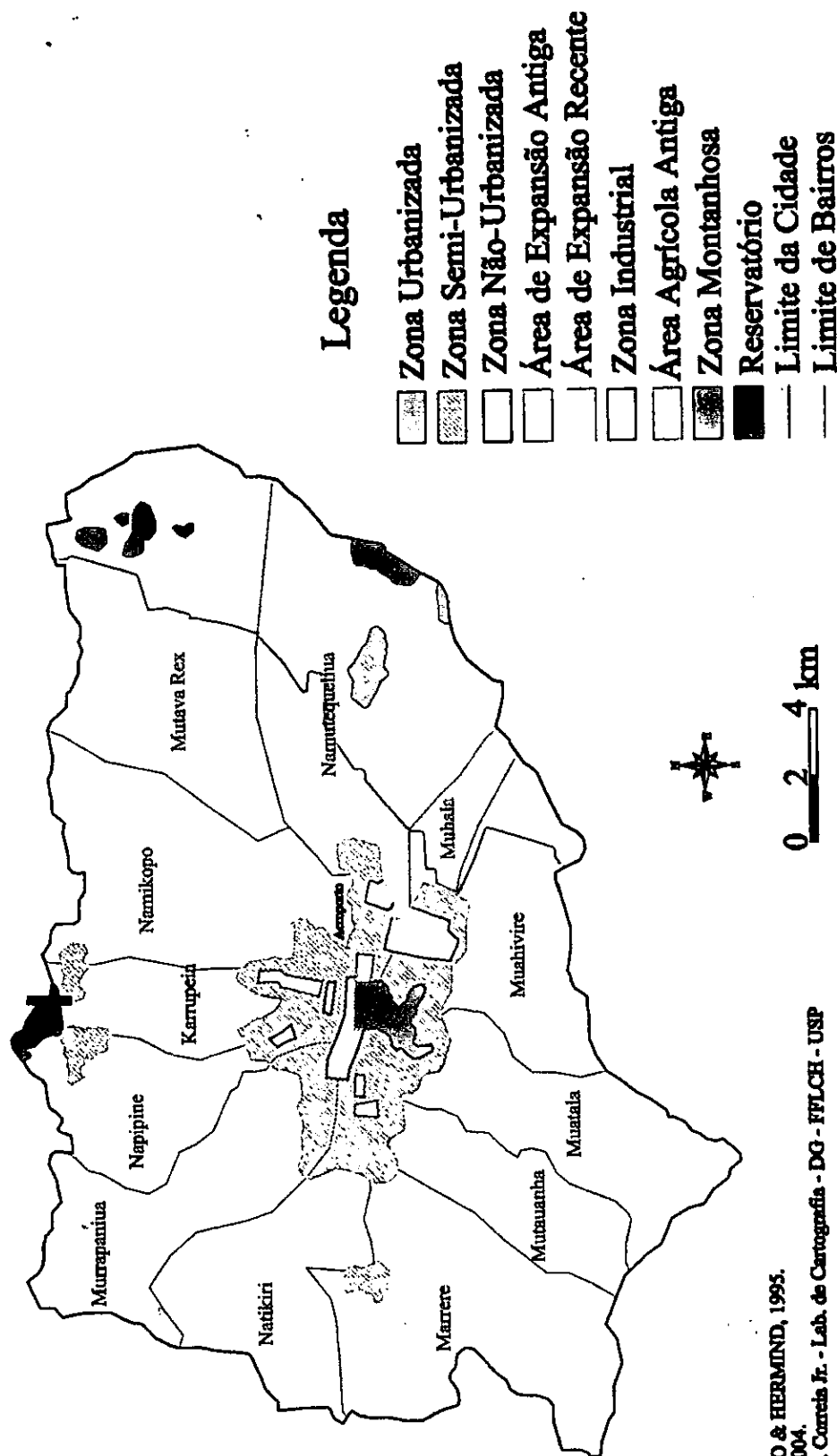
<sup>23</sup> Bairro dos Bombeiros, 25 de Setembro, 1º de Maio, Limoeiros, Liberdade e Militar.

<sup>24</sup> Bairro de Carrupeia, Mutauanha, Namutequeliua, Muahiviri e Muhala.

paredes são de blocos de adobe e/ou de material de origem vegetal. A arquitetura das construções neste espaço é considerada *desordenada e arbitrária*. O acesso à *zona não urbanizada* é efetuado por picadas que se tornam intransitáveis durante a época chuvosa. Trata-se do segundo espaço mais habitado da cidade, pois nele mora 41,3% (125.382 habitantes) da população da cidade embora de forma relativamente mais dispersa. As atividades econômicas da população incluem a horticultura e o artesanato, para além do comércio de rua e das barracas que substituem o comércio *formal* inexistente. É a área mais desprovida de infra-estruturas e serviços urbanos.

A segregação sócio-espacial na cidade de Nampula, com origem na cidade colonial, esteve baseada numa política segundo a qual o agregado familiar na cidade deveria possuir uma parcela de terra para construção da sua habitação, por meios próprios, e para cultivos dos seus alimentos. Daí o surgimento de espaços onde as características da habitação se diferenciam daquelas da zona urbanizada, tanto pelos modelos arquitectónicos e pela qualidade como pela função do espaço residencial. Ao contrário da separação entre o espaço residencial e produtivo que se observa na zona urbanizada, a zona semi-urbanizada e, principalmente, a não urbanizada mantém a unidade das duas funções dentro da mesma parcela de terra. Estas dinâmicas estão por detrás das configurações espaciais atuais da cidade de Nampula, e de Moçambique em geral.

# CIDADE DE NAMPULA - USO DO SOLO - 1995



Fonte: LOPES, ARAÚJO & HERMIND, 1995.  
 Org.: Alexandre Baia, 2004.  
 Elaboração: Paulo de A. Correia Jr. - Lab. de Cartografia - DG - FFLCH - USP

### CAPÍTULO III

#### O AGREGADO FAMILIAR E O COTIDIANO

##### 3.1. Os sistemas familiares na África negra

Os modos de vida e de pensamento – incluídos aí, direitos, obrigações e representações – ditos tradicionais e referidos correntemente como sendo vinculados à vida rural persistem ou se transformam nas sociedades africanas como instituições que estabelecem e controlam os destinos individuais e coletivos. Portanto, a análise dos fenômenos da modernidade na África negra – como o surgimento dos “Estados-nação”, a urbanização, as novas estratificações sociais entre outros – exige a compreensão das transformações das instituições familiares. Pois, mesmo que “os sinais da modernidade não sejam mais do que aparentes, circunscrevendo-se em transformações visíveis ou observáveis, as lógicas antigas podem sempre lhes acompanhar, os códigos familiares podem encontrar aí novos campos de extensão”. Os sistemas familiares são os quadros privilegiados de enunciação e de transmissão das tradições (Dozon, 1986: 304).

Os sistemas familiares africanos podem ser caracterizados, segundo os modos de afiliação dos indivíduos, como *patrilineares* – quando a afiliação do indivíduo é feita em relação ao grupo consanguíneo do pai -, *matrilineares* – pertença ao grupo da mãe -- e mesmo *bilineares*. Desde modo, cada indivíduo encontra-se incluso numa trama que o vincula aos outros por conexões genealógicas. Os modos de afiliação, por sua vez, engendram grupos coletivos designados *linhagens*<sup>25</sup> (matrilineares ou patrilineares). A noção de *tribo*, que é igualmente usada e equivale à noção de *clã*<sup>26</sup>, introduz uma dimensão territorial na linhagem. Pois, “a tribo ocupa de fato um espaço onde são repartidas unidades residenciais elas próprias compostas de linhagens”. Portanto, “a maior parte das sociedades africanas tradicionais estão organizadas sobre uma base quase exclusivamente de parentesco” (op. cit., 310).

A prestação de serviços dentro dos grupos linhageiros pode estar ligada a práticas sociais que nem sempre se reduzem às regras de parentesco. Assim, se explicam as estratégias de aliança que visam acumular dependentes para fins econômicos. Tais estratégias podem

<sup>25</sup> Grupos de parentes que se consideram descendentes, ou da linha paterna ou materna ou de afiliação indiferenciada, dum ancestral comum conhecido e nomeado.

envolver práticas poligâmicas. A poligínia<sup>27</sup> - a maior parte dos sistemas matrimoniais africanos consagra a monogamia - é, em alguns casos, uma estratégia usada para garantir a multiplicação de descendentes e assim contribuir para competição e diferenciação social. Por isso, segundo Dozon (1986), como grupos de parentesco, “essas linhagens, são também, e podem ser, sobretudo, unidades econômicas (...) onde se desenvolvem todas as facetas da atividade social num sentido amplo”. Desse modo, as instituições familiares, as estruturas linhageiras em particular, se transformam objeto de manipulações internas em função das circunstâncias ou da conjuntura locais, aquelas concernentes à acumulação de riqueza ou bens de prestígio.

Os modos de afiliação testemunham que a diferença de sexos constitui o suporte privilegiado da organização de parentesco, e não só, pois “ela instaura igualmente uma divisão de tarefas e atividades entre homens e mulheres”. É nessa base que as sociedades africanas concebem uma divisão sexual do trabalho em função dos constrangimentos do meio e da sua situação econômica: lá onde predomina a agricultura, como é o caso de Moçambique e Nampula em particular, os produtos e os atos culturais exigidos pela atividade são repartidos entre os sexos. Deriva daí que as práticas valorizadas socialmente são apropriadas pelos homens enquanto o trabalho doméstico ou as atividades e tarefas mais absorventes e mais constrangedoras constituem o trabalho feminino. “É sobre esta base da divisão sexual do trabalho que as sociedades linhageiras organizam as mais diversas atividades de produção e elaboram outras repartições, outras relações, entre indivíduos ou grupos de indivíduos” (Dozon, 1986: 314).

### 3.2. Transformações nos sistemas familiares africanos

#### 3.2.1. Com a penetração colonial

As análises anteriores sobre os sistemas familiares correspondem a um contexto anterior a colonização da África negra, e mesmo sem a influência árabe ou islâmica, e aplicam-se ao que se designa comumente de *sociedade tradicional*, mas parece que – e de acordo com Dozon (1986) se trata mais de *sociedades pré-coloniais*.

---

<sup>26</sup> Grupo de parentes que se considera descendente dum ancestral comum mítico.

<sup>27</sup> Poligínia é o estado de um homem que dispõe simultaneamente de mais que uma esposa.

Durante o período colonial as práticas sócio-culturais africanas, depois que identificadas pelos europeus, foram freqüentemente reprimidas, pela força ou pela intimidação, e depois administradas dentro de políticas de valorização; pois, eram consideradas como provas de “selvajaria” ou de “primitivismo” que deviam ser combatidas, de forma direta ou indireta, (as missões cristãs foram utilizadas com freqüência como braço de ferro desse combate). O que se passou a designar de *administração direta* – como ocorreu em Moçambique – aplicava-se “às sociedades linhageiras onde o poder colonial tinha criado de todas as formas uma *chefatura indígena* e se livrou, graças a sua colaboração, dos controles draconianos e mais freqüentemente da captura de mão-de-obra para os seus projetos de valorização” (op. cit., 319).

Os resultados da colonização – portuguesa em Moçambique – foram tais, que de um lado, provocaram rupturas e crises nas antigas ordens sociais e, por outro lado, suscitaram outras formas de reprodução social. Como refere Dozon (1986), as “conquistas coloniais dispersaram as sociedades africanas, as práticas sociais e econômicas cessaram de ocorrer ou estagnaram-se com os dispositivos repressivos da administração. As redes de troca e de comércio foram inteiramente paralisadas”. Desse modo, o sistema linhageiro amputado a partir das suas bases sócio-econômicas contraiu-se em si mesmo radicalizando as suas lógicas internas.

Nesse contexto, a prioridade dos colonizadores foi a introdução de culturas de exportação como forma de valorizar as colônias. Nessa nova conjuntura, a estratégia colonial teve o apoio das instituições familiares, principalmente, comunidades linhageiras e aldeias – quer fosse pelo uso da força ou por outros meios de pressão ou sedução dentro de poucos anos populações inteiras passaram a dedicar-se a exploração de culturas de exportação – “as sociedades locais souberam apropriar-se da agricultura comercial” graças as estruturas linhageiras, aos sistemas familiares que ao se transformarem geraram novas diferenciações sociais, souberam reproduzir-se, ajustar regras e procedimentos aos novos dados econômicos (Dozon, 1986: 322). A introdução da economia das plantações foi, e é, ilustrada pela produção de oleaginosas, de algodão e sisal e de cana sacarina para exportação, que a caracterizaram (e continua a caracterizar de certa forma) a agricultura em Moçambique. Mas, segundo Dozon (1986),

“Com a [eliminação] das atividades sócio-econômicas pré-colônias e com a expansão das culturas arbustivas, as matrilineagens e patrilineagens deixam de ser grupos em corpo; as formas de cooperação que outrora animavam os grupos de filiação dão lugar a um processo de individualização. Cada membro duma linhagem torna-se plantador separado e cultiva com a sua esposa, (...) seus filhos e eventualmente um colateral próximo suas próprias parcelas; por esse processo, a terra torna-se propriedade privada, ao contrário do sistema fundiário antigo onde [a terra] era apropriada coletivamente e era objeto de um direito de uso individual” (Dozon, 1986:323).

Neste processo o sistema linhageiro tornou-se o teatro de numerosos conflitos, de estratégias e contra-estratégias. A sua força passou a residir no fato de tolerar a emancipação progressiva de uns e as prerrogativas de outros dentro de um quadro simbolicamente coerente – aqui onde as sociedades linhageiras evoluíram num quadro de relações mercantis de apropriação privada em torno de famílias restritas – em que gerem o antigo e o novo sem ruptura radical. É assim que, “depois dos primeiros choques da penetração colonial, essas sociedades converteram-se dentro de uma economia de plantações, aí adaptando as suas diversas regras”. Por exemplo, a herança que nas sociedades matrilineares seguia uma lógica horizontal – a transmissão da herança seguia uma linha colateral, ou seja, do mais idoso para o segundo – nas famílias restritas a lógica passa a ser vertical (isto é, de pais para filhos ou filhas) e bilateral: a plantação passa a ser herdada pelos filhos enquanto os bens de prestígio são herdados pela linhagem dos pais.

A economia das plantações marca, portanto, a passagem de um sistema familiar, cujas estruturas constituem grupos coletivos – as linhagens –, que são na essência comunidades produtivas baseadas no direito costumeiro da terra e cujos membros se encontram vinculados socialmente através de laços de parentesco para uma *forma familiar mais restrita onde os antigos laços sociais são transformados ou reinventados*; o cultivador tradicional é transformado em camponês – com a sua integração na economia de mercado e sujeição ao Estado – e a estrutura familiar central é a família camponesa<sup>28</sup>.

Na esfera estritamente produtiva, as transformações introduzidas pela economia das plantações alteraram profundamente o sistema econômico ou aquilo que a análise de

<sup>28</sup> Doravante referida como agregado familiar. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE) de Moçambique, citado por Araújo (2003), agregado familiar é “todo o grupo de pessoas ligadas ou não por laços de parentesco, que vivem na mesma habitação e compartilham as despesas da casa”.

Chayanov designou de *modo de produção camponês* - para designar a produção não capitalista, em que a unidade elementar é o agregado familiar que vive do cultivo e da propriedade da terra. Segundo essa análise, na economia camponesa, a produção é principalmente destinada a auto-subsistência do agregado familiar e a fração comercializada serve para fazer face aos impostos e "porque existe uma procura urbana e oferta de produtos manufaturados que competem com o artesanato rural". Aqui, o agregado familiar - unidade elementar - é simultaneamente unidade de produção e unidade de consumo. Pois; "*a vida camponesa não é apenas organizada em torno da produção (...) é tanto um modo de existência, de vida, como um modo de produzir*". A organização da produção - quantidades, métodos - é determinada pelas necessidades do agregado familiar e pela penosidade do trabalho e é influenciada pela dimensão do agregado familiar e da parcela explorada - fatores que variam com o ciclo de vida do agregado familiar. É assim que segundo Amin (1978), a produção camponesa - "pertence [ao agregado familiar] da pequena produção mercantil simples: o produtor troca seus produtos com outros produtores mercantis analogamente na sua situação - nunca se encontra historicamente a sós ou dominante". Pois, "o [agregado familiar] (...) não é um empresário capitalista, ele não procura maximizar o lucro do seu capital e acumular, mas em primeiro lugar viver na terra que é sua, em virtude de uma organização social camponesa" (Amin, 1978:36-37).

A economia camponesa pode coexistir com a economia mercantilista comercial e manufatureira. A integração da produção camponesa na formação capitalista implica o esvaziamento do seu conteúdo e sua dominação pelo modo capitalista. A produção camponesa é submetida às leis da concorrência capitalista - o agregado familiar é obrigado a vender os seus produtos com uma base de preços similar (porque retirada a renda da terra) àquela usada pelos mais eficazes concorrentes capitalistas agrários, quer sejam nacionais ou estrangeiros introduzidos pelas importações de produtores concorrentes. A remuneração do agregado familiar fica assim reduzida e a mesma base de cálculo do valor da força de trabalho proletária, ou seja, do salário do trabalhador.

"Por este meio, o capital dominante anula, portanto, a renda, quer dizer, desembaraça-se da propriedade fundiária. Proletariza o [agregado familiar]. Este conserva, é certo, a propriedade formal do solo, mas já não tem a sua propriedade real. Conserva também a aparência de um produtor mercantil que oferece produtos no mercado, mas é na realidade um vendedor de força

de trabalho, sendo esta venda ocultada pela aparência da produção da produção mercantil. Assim, o [agregado familiar] é reduzido, *de facto*, ao estatuto do trabalhador ao domicílio” (Amin, 1978: 40).

Neste processo o agregado familiar é despojado da propriedade real do solo<sup>29</sup> ao mesmo tempo em que fica com a propriedade formal. Assim a renda fundiária é retirada dos preços dos produtos do agregado familiar camponês. Daí a hipótese de que a intensificação da produção procura responder não apenas a uma procura urbana crescente, mas também, a deterioração dos termos de troca. Pois, segundo Amin (1978),

“A distorção dos preços relativos em detrimento dos preços agrícolas acompanhando a intensificação da industrialização da agricultura [como tendência atual em Moçambique], constitui o meio por excelência pelo qual a propriedade camponesa, formalmente mantida, é esvaziada do seu conteúdo, pois, que já não ocasiona a realização de uma renda e que reduz a remuneração camponesa à da sua força de trabalho” (Amin, 1978: 43).

Em geral, as estruturas de dependência modeladas pela penetração da economia mercantil e industrial na África negra incluem a economia de tráfico<sup>30</sup>, a economia das companhias concessionárias e a economia das reservas – estruturas que estão por detrás do desenvolvimento regional desigual e que transformaram e deformaram as sociedades rurais sob dominação capitalista.

“A administração colonial [na África negra] desempenhou, portanto, funções econômicas e sociais, que são desempenhadas de maneira diferente, noutros lados, pelas classes possidentes locais (...) assumiu igualmente, pela imposição do dinheiro, do trabalho ou das culturas forçadas, a instalação da economia de tráfico. (...) A intervenção constante da administração no processo produtivo condiciona e completa a do capital (...) Assim dominado, o produtor na economia de tráfico é despojado do controlo real dos seus meios de produção. (...) Um camponês reduzido a este estatuto é um semiproletário porque conserva a aparência de um produtor mercantil livre”.

<sup>29</sup> Processo semelhante ocorreu depois da independência de Moçambique. A terra foi nacionalizada e proclamada como propriedade do Estado. Os cidadãos apenas têm, ou podem adquirir, o direito de uso.

<sup>30</sup> Segundo Amin (1978), a economia de tráfico é baseada na exportação de matérias primas; a economia das companhias concessionárias consistia na concessão de territórios a algumas companhias que podiam exercer o controle econômico e administrativo de forma autônoma; a economia das reservas era caracterizada pela concentração forçada de mão de obra indígena para sua posterior utilização em plantações ou na exploração mineira.

Depois da Independência, os novos Estados africanos, particularmente na África negra, mantêm a sua base econômica apoiada nas mesmas estruturas moldadas pela dominação colonial. Assim, as elites no poder desempenham o papel de garantir uma economia de exportação, promovem a exportação de mão de obra nacional e porque a economia assenta-se na agricultura, fundamentalmente familiar, a acumulação de capital em geral apóia-se na produção do agregado familiar camponês. Estes processos cumulativos implicam profundas alterações nos sistemas de parentesco muito embora algumas formas de sociabilidade sejam mantidas, coexistindo com formas de sociabilidade imantes a economia monetarizada (Amin, 1978: 51-54).

### 3.2.2. *Com a urbanização*

Os processos de transformação social na África negra, através dos quais as tradições são comprometidas e reinventadas, podem ser, também, ilustrados pela cidade e a urbanização. Uma urbanização que somente após a independência dos países africanos do jugo colonial se tornou um fenómeno de massa e por isso recente<sup>31</sup>.

“Ela [a urbanização] está ligada a instauração dos Estados, a criação de serviços públicos, a implementação de políticas de desenvolvimento que ao serem direcionadas principalmente aos meios rurais, provocam paralelamente as migrações para as cidades. Múltiplas razões para isso: a escolarização, as contradições próprias às sociedades locais, (...) as possibilidades de emprego assalariado e, sobretudo, a atração própria do meio urbano que representa uma alternativa ao modo de vida aldeão [ou rural] (...) Sob diferentes aspectos, o fenómeno urbano apresenta-se como um pólo antitético ao mundo rural e tradicional. Ele organiza novas relações sociais dispersando e distribuindo os indivíduos e os grupos em espaços diferenciados ( lugar de trabalho, lugar de habitat) segundo critérios de ordem sócio-econômica ou sócio-profissional. Ele ordena novos modos de distinção social (...)” (Dozon, 1986:328).

Os processos engendrados pelo fenómeno urbano tendem para uma ruptura efetiva com o mundo tradicional (e/ou rural?), assim espera-se, por hipótese, que os sistemas de parentesco, já transformados pela economia das plantações, se rompam definitivamente e que deixem um campo vasto e livre para o estabelecimento de famílias nucleares – universos estritamente privados modelados sobre maneiras ditas ocidentais ou modernas. No entanto, a

complexidade do processo mostra que se por um lado se produz um meio urbano de transformações reais, elas não conduzem necessariamente a esse modelo familiar.

Como foi referido, o meio rural e as estruturas linhageiras, em particular, foram já modificadas durante a época colonial – sendo votadas às práticas e às estratégias de famílias restritas, - nesta perspectiva o mundo urbano e salarial tende a agudizar essas transformações entre elas a tendência para a atomização do agregado familiar num processo que apesar das mudanças, continua marcado pelo sistema linhageiro.

Ora, em Moçambique como na África negra em geral, apesar da migração e do gigantismo das cidades-capitais nacionais, o meio rural ainda é preponderante; perante uma fraca industrialização, o êxodo rural é limitado e a agricultura permanece como atividade econômica principal da população – por isso a análise do meio urbano tem que ser feita no quadro das suas relações com as sociedades rurais ou tradicionais; pois, não se pode falar numa oposição estrita entre uma realidade moderna e um universo tradicional, senão de um tecido de laços orgânicos entre os dois pólos.

“É por isso que os cidadãos, por mais distantes que se encontrem do lugar de origem, não escapam ou pouco se desfazem das obrigações linhageiras. Eles participam notadamente nos funerais, dão um subsídio suplementar àqueles eventos privilegiados onde se atualizam ainda os sistemas linhageiros, (...) [assim] as relações entre cidadãos e os meios linhageiros são antes de respeito do que de desprezo” (Dozon, 1986: 330).

Apesar das relações que ocorrem entre o meio urbano e o meio rural, “o meio urbano secreta práticas familiares que rompem efetivamente com o sistema linhageiro” – isso ocorre com a separação espacial de famílias parentas que se desenvolvem diferencialmente em função do seu nível económico e da sua pertença a um ou outro grupo social. *“Contudo, essas famílias, na sua maioria, não correspondem a família nuclear: elas tendem a restringir o número dos seus membros, mas não atingem o nível elementar de um casal e seus filhos”*; neste contexto aparece o agregado familiar. Pois, trata-se de uma morfologia familiar *composta e alargada* que se torna mais adequado referir como *agregado familiar* para qualificar as ditas famílias urbanas africanas – que são verdadeiras unidades domiciliares por vezes constituídas por duas ou mais famílias nucleares vivendo sob o mesmo teto ou uma família nuclear rodeada por várias pessoas tendo um laço de parentesco com um dos membros

---

<sup>31</sup> Mas as cidades são mais antigas, pois remontam ao período colonial e por vezes a períodos anteriores.

da família nuclear; mas também, famílias em que nem todos os membros estão ligados por laços de parentesco tradicionais; pois, "a morfologia das unidades familiares urbanas varia em função de obrigações particulares (...), mas também, em função de escolhas, afinidades e interesses diversos". A partir desta análise Dozon (1986) refere que,

"O meio urbano gera assim unidades familiares originais, inéditos, que, todavia, pousam sobre as redes de parentesco e as gere segundo formas de uma *geometria variável* não reproduzindo a ordem estritamente linhageira. Elas resultam do compromisso entre a tendência para a restrição e a exigência de solidariedades efetivas" (Dozon, 1986:331).

Ora, uma pesquisa empírica revelaria, provavelmente, que os membros que constituem os agregados familiares na cidade de Nampula nem sempre possuem vínculos consanguíneos e corresponderia às descrições acima expostas. O fato pode ser derivado da extensão das normas e atitudes costumeiras peculiares às sociedades africanas e às famílias matrilineares, que é o caso das famílias em Nampula, em particular. Segundo as práticas costumeiras, a hospitalidade de uma família pode ser avaliada pela sua atitude na distribuição e recepção de alimentos. Nessa ordem de idéias é comum a família nuclear – composta pelos pais e seus filhos – permitir a convivência com outros indivíduos parentes ou não, mas com base em princípios de mútua confiança, e partilharem os recursos da família. De acordo com De Schlippe (1956), a oferta e recepção de alimentos têm uma importância social e simbólica na distribuição da riqueza entre membros duma linhagem. As normas que regem a hospitalidade sustentam que a distribuição ou partilha de alimentos, principalmente confeccionados, é um atributo de autoridade, prestígio e que a recepção coloca o receptor numa posição que o obriga a retribuir com respeito, serviço ou uma hospitalidade recíproca (De Schlippe 1956: 135).

A urbanização, na África negra, prossegue limitada pelas atividades agrícolas, com a ampliação do êxodo rural que esgota as possibilidades de emprego oferecidas pelo Estado e pelas empresas. Nestas condições os agregados familiares na cidade preenchem as funções das instituições de acolhimentos e de segurança social; assim elas constituem por vezes uma força econômica real: "seja porque presidem o exercício duma profissão artesanal, ao funcionamento de um comércio ou de uma pequena empresa, seja porque elas correspondem a exploração de culturas peri-urbanas ou às estratégias de ocupação fundiária" (Dozon, 1986: 332).

A incorporação das sociedades africanas na economia monetarizada e na cidade não destruiu a produção agrícola de subsistência. Os agregados familiares, na sua maioria, não possuem capital nem técnicas que permitam mudar os métodos costumeiros de cultivo. No entanto, a produção agrícola e os seus métodos asseguram, em muitos casos, que cada agregado familiar possa sustentar a si próprio através duma produção virada não apenas para o consumo doméstico, mas também, para venda nos mercados locais (De Schlippe, 1956: xiv) legalizados ou não legalizados. A prática da agricultura – que constitui o suporte para o trabalho assalariado – leva a que os agregados familiares permaneçam nas cidades, como é o caso da cidade de Nampula, não apenas como cultivadores, mas e até, como grupos semi-proletarizados. Pois, geralmente, é um membro, homem adulto, que consegue obter um emprego nos setores modernos de atividade e que, portanto, contribui com uma renda em dinheiro proveniente do trabalho fora da esfera familiar ou domiciliar, isto é, do trabalho assalariado – apesar dos baixos salários para uma mão-de-obra geralmente não qualificada.

Certas características dos agregados familiares na cidade são reforçadas, ou relativizadas, por relações mais globais, pelas tramas de estratificação social em que se encontram inseridas. A solidariedade familiar, nesse quadro, “tende a se difundir no conjunto do corpo social atravessando os diferentes estratos da sociedade: ela obriga a distribuição e cria situações em que sob o mesmo teto coabitem pessoas de estatutos sócio-econômicos muito diferentes” - o que apenas é limitado pelas classes mais privilegiadas pela economia que se esforçam em manter o seu universo familiar restrito. Mas em geral, ocorre como se a solidariedade familiar se concentrasse no laço nodal da estratificação social urbana atravessando-a até o limite onde atuam outras práticas e estratégias familiares. Desde modo, pode-se afirmar que os determinantes dos agregados familiares na cidade, da sua morfologia, “são menos uma função de obrigações ligadas a tradição que função de condições sócio-econômicas: um cidadão pobre e visivelmente sem futuro não é nunca solicitado pela sua rede de parentesco” (Dozon, 1986:332).

Os espaços urbanos em África, e em Moçambique em particular, resultaram, fundamentalmente, do crescimento de antigos centros de negócios situados ao longo de rotas comerciais ou nos portos para exportação de matérias primas – portanto a sua gênese está intrinsecamente ligada à dominação colonial europeia correntemente chamada *ocidental*. As cidades coloniais foram concebidas à semelhança das cidades da metrópole (sua arquitetura) e

para albergarem uma população européia (com modo de vida ocidental). A incorporação da população nativa nessas cidades estava regulada por estatutos classificatórios que distinguiam duas categorias de cidadãos: *cidadãos de primeira* – designação classificatória da população de raça branca (européia) localizada no centro da cidade ou no espaço urbano vulgarmente chamado de *cidade de cimento*<sup>32</sup> e *cidadãos de segunda* – designação dada a população nativa ou de raça negra residente nos subúrbios ou na periferia da cidade. A ordem social estabelecida configurava desde então um espaço que a análise convencional passou a designar de *espaço dual* – uma configuração que se encontra presente até os dias atuais. A população nativa apenas tinha acesso a cidade de cimento se de acordo com os critérios de avaliação vigentes fosse considerada *assimilada*<sup>33</sup>. Como resultado do encontro entre os dois modos de vida, a população assimilada ou a população nativa vivendo nas cidades era considerada destribalizada. Os estudos antropológicos (ex. Wilson, 1941, 1942 e outros citados por Hannez, 1980) sustentam que no conceito de *destribalização* está implícito um processo caracterizado pela escolha pelos africanos do sistema de valores e relações sociais baseado na produção industrial que a *ocidentalização* impunha - o que ocorria em detrimento do sistema baseado na produção de subsistência tradicional - significando que: a absorção dos africanos na cidade e no emprego industrial ou em outros setores de atividade ditos modernos dissolvia as relações sociais tribais e os valores morais nelas implícitos (Watson, 1958:5). Na realidade, a destribalização foi um processo exageradamente e ideologicamente concebido. Pois, o impacto da ocidentalização na população africana exprimiu-se na adoção da vestimenta européia, da cultura material e de formas exteriores de comportamento; portanto, assimilação não implica necessariamente *destribalização*. Porque, segundo Watson (1958), a população africana nas cidades mantém as solidariedades e hostilidades tribais, formam grupos de ajuda mútua ou associação preferencialmente com membros da mesma tribo. Segundo Watson (1958)

“(...) uma pessoa pode participar em duas diferentes esferas de relações sociais e mantê-las distintas e separadas. Ela não precisa transferir os padrões de comportamento de uma esfera para outra. Um africano pode mover-se da sua área tribal para uma cidade, obter um trabalho assalariado e fazer parte da organização econômica e social. Mas tais organizações são

<sup>32</sup> Espaço urbano construído com modelo arquitetônico europeu.

<sup>33</sup> População que supostamente teria assimilado o modo de vida europeu. Classificação que ficou em desuso depois da independência nacional.

relevantes apenas para o seu estatuto como trabalhador e não têm lugar no sistema de produção de subsistência o qual é controlado por relações sociais tribais tradicionais" (Watson, 1958:6)

Desde modo, pode-se inferir que a integração dos camponeses na cidade de Nampula não implicou necessariamente a dissolução do seu modo de vida; pelo contrário os camponeses deparam-se com imposições do dia a dia derivadas de duas esferas sócio-econômicas socialmente distintas e espacialmente coexistentes. Pois, depois da sua sujeição às especificidades da vida urbana – marcadas principalmente pelas relações no lugar de trabalho assalariado – cada membro do agregado familiar volta ao seu sistema de relações e de valores sociais, ditos tradicionais, na esfera doméstica; de tal modo que apesar das pessoas levarem idéias duma esfera para outra nenhum membro procura introduzir um novo sistema de relações e valores sociais na unidade domiciliar. Por isso, a hipótese aponta para a permanência do agregado familiar como uma unidade social e econômica dentro da cidade com um modo de vida marcadamente influenciado pelos sistemas linhageiros, tanto transformados como reinventados. As influências mútuas das duas esferas estão condicionadas pelas diferenças na renda – estas produzidas pelas diferenças no acesso aos recursos da economia urbana – principalmente do trabalho assalariado fora da esfera doméstica; porque o salário é investido, primeiro, em vestuário e bens domésticos e a medida que os rendimentos aumentam ocorrem melhorias na habitação e depois na agricultura.

Desta forma os sistemas familiares estabelecem um compromisso entre a opção de respeitar a tradição e a submissão às novas realidades. Nota-se, assim, que “as estruturas linhageiras e familiares, conjugando mudanças e permanências, tomaram conta da produção e dos produtores e asseguram, no sentido mais amplo, a reprodução social” (Dozon, 1986:324).

Portanto, o agregado familiar em África encontra-se num cruzamento de três vertentes, a primeira aquela que procura conservar os sistemas linhageiros, apesar das transformações impostas pela cotidianidade, nos moldes do mundo rural ou das sociedades pré-coloniais; a segunda, concernente às cidades, que ainda em conexão com a primeira, revela conjuntos de agregados familiares inéditos, menos estruturados desenvolvendo-se “numa espécie de compromisso entre o respeito às tradições e as necessidades sócio-econômicas do tempo [e espaço] presentes”. A terceira vertente em que frações de população privilegiadas economicamente e os Estados tendem “instaurar um modelo de práticas familiares mais ou menos [similares] às maneiras ditas ocidentais ou modernas”.

O meio urbano alberga as três vertentes propiciando um contexto em que os agregados familiares, envolvidos em contradições, dão respostas mais ou menos eficazes às dificuldades mais diversas (como a fome, a falta de habitação). Essas dinâmicas permitem afirmar que o desenvolvimento dos agregados familiares africanos na cidade está intrinsecamente ligado ao da sociedade no seu conjunto. Pois, que a pobreza crescente ou o subdesenvolvimento ou reforçam as solidariedades familiares ou, inversamente, acentuam rupturas entre camadas sociais, assim, cristalizando as desigualdades.

É assim que, dentro dos limites administrativos das cidades, surgem espaços diferentes onde a estrutura dos agregados familiares é alterada acompanhada por mudanças nos papéis assumidos pelos seus membros, as mulheres em particular – portanto, o papel dos agregados familiares torna-se assim pertinente para análise da produção do espaço urbano.

### 3.3. A centralidade do agregado familiar

O *agregado familiar* é a arena social básica para a tomada de decisões sobre o status, o poder, a propriedade e o trabalho entre homens e mulheres, gerações e parentes. Para além do conceito de agregado familiar estar ligado à estrutura física da habitação e da cozinha ou às relações de parentesco, o agregado familiar deve ser visto como um ponto de cruzamento de redes de relações sociais sem subordinação clara alguma nem entrelaçamentos perfeitos com outras redes. Nas comunidades pobres – frequentes nas cidades africanas –, os agregados familiares continuam a ser estruturas fundamentais que asseguram os rendimentos e a sobrevivência, isso, num contexto em que o acesso aos meios de reprodução, espaço urbano e habitação constitui um aspecto crítico da economia familiar (Douglass, 1992:22).

Por isso, o agregado familiar não é apenas uma *unidade de consumo* mais do que isso ele é uma *unidade econômica* ou de produção mesmo que virada, fundamentalmente, para subsistência e reprodução da força de trabalho (op. cit).

Como unidade econômica – e de trabalho coletivo – o agregado familiar é complexo. A sua economia inclui uma gama de atividades situadas entre o trabalho assalariado (oferecido pelo Estado ou pelas empresas) e a produção familiar que nem sempre é, e exclusivamente, destinada ao mercado – o que leva a oposição dos modelos setoriais dualísticos (*formal* e *informal*) convencionalmente usados e que separam, na realidade, o

trabalho legalizado do não legalizado -; trata-se duma complexidade de emprego e de formas arriscadas de obtenção de rendimentos, as quais obrigam a que cada membro do agregado familiar tenha que, por concorrência, se engajar numa multiplicidade de atividades de geração de rendimentos fora do espaço residencial, dentro ou fora da economia de mercado, assim que as oportunidades ou necessidades surjam (Douglass, 1992:22).

A procura constante de fontes de rendimento, que a vida econômica na cidade exige, dificulta, freqüentemente, que os agregados familiares com baixa capacidade aquisitiva no mercado mantenham as suas fontes de rendimento inalteradas e mesmo o agregado familiar como uma unidade social. É assim que, o número e as relações de afinidade dos membros do agregado familiar vivendo sob o mesmo teto alteram-se rapidamente com a presença ou ausência de oportunidades de rendimento. As tentativas para aumentar o rendimento do agregado familiar envolvem, para além da produção agrícola, esforços para criar uma gama de relacionamentos externos, tais como, a participação em redes comunitárias de troca, proteção das relações de clientelismo com agentes econômicos de pequena escala e trabalho com pequenas quantidades de mercadoria em pequenos setores coletivos da economia urbana.

Na cidade de Nampula, os agregados familiares que praticam a agricultura itinerante estão num nível em que produzem principalmente para o consumo doméstico. Em alguns casos, o agregado familiar é induzido a produzir mais – devido ao aumento do número de membros ou ao crescimento da demanda urbana ou ainda devido à depreciação dos produtos agrícolas. Esse “excedente” de produção é comercializado no mercado urbano. O dinheiro proveniente da venda dos excedentes apenas permite comprar bens de consumo manufaturados. Segundo De Schlippe (1956), “aqui o circuito econômico é rompido. O rendimento monetário (...) não é convertido em meios de produção”. Assim, a capacidade produtiva mantém-se virtualmente a mesma (De Schlippe 1956: xiv-xv), produzindo um contexto em que o agregado familiar aparece fundamentalmente como unidade de consumo.

Como os rendimentos do trabalho assalariado não garantem a satisfação do consumo doméstico, o agregado familiar, coletivamente, adota estratégias implícitas orientadas para a construção de uma divisão do trabalho interna que visa reduzir os riscos associados com a pobreza urbana. A divisão do trabalho por sexo e idade permite que cada membro se especialize ou se responsabilize, pelo menos parcialmente, numa atividade. Tal estratégia, provavelmente, contribui também para a manutenção do agregado familiar como uma unidade

social - uma vez que enquanto não houver oportunidades de trabalho fora da esfera domiciliar cada membro tem a sua obrigação na sua relação de pertença ao agregado familiar reproduzindo as relações sociais baseadas na produção de “subsistência”.

O resultado das dinâmicas descritas é que o agregado familiar transforma-se num sujeito relativamente autônomo que pode sobreviver sem o trabalho assalariado, mas que ao contrário serve de apoio para o trabalho assalariado ao contribuir para a reprodução da força de trabalho assalariada – aspecto subsumido pela acumulação do capital. Daí se compreende não apenas a permanência de agregados familiares camponeses, mas também o fato de existirem dentro dos limites da cidade, *machambas*<sup>34</sup> de diversos tamanhos que testemunham a coexistência de espaços residenciais e espaços de produção agrícola – uma característica que, aliada ao tipo de habitação (arquitetura espontânea e material precário) predomina nas chamadas áreas semi-urbanizada e não urbanizada – conferindo uma configuração específica à paisagem urbana.

Ora, cada agregado familiar na cidade, incluindo os pobres, está engajado em atividades para a reprodução de meios materiais e sociais para a sua própria existência e, com esperança de melhorar as suas condições de vida (Douglass, 1992: 23). O agregado familiar torna-se uma categoria próxima ao que Wallerstein (1995) refere como *unidade domiciliar* – uma estrutura relativamente estável que partilha um fundo comum de renda corrente e de capital acumulado onde os indivíduos tendem a viver suas vidas. As fronteiras desse espaço, a unidade domiciliar, mudam constantemente “por entradas e saídas de pessoas, mas elas não [deixam] de ser a unidade de cálculo racional para efeito de remuneração e de gasto”. (Wallerstein 1995: 22).

“Para viver, as pessoas consideram toda a sua renda potencial, não importa de que fontes, e avaliam comparando-a com os gastos reais que têm pela frente. Buscam pelo menos, sobreviver; aqueles com renda maior buscam desfrutar um estilo de vida que julgam satisfatório; por último, os que têm ainda mais entram no jogo capitalista, tendo em vista acumular capital.. Para todos os fins reais, [o agregado familiar é] a célula econômica engajada nessas atividades, geralmente – mas nem sempre, ou não exclusivamente – a partir de um grupo formado por laços de parentesco” (Wallerstein 1995:22-23).

---

<sup>34</sup> Designação das parcelas de cultivo agrícola em Moçambique.

A imposição da distinção social do trabalho às classes trabalhadoras começou no contexto da unidade domiciliar: o trabalho produtivo – “definido como aquele que recebe remuneração em dinheiro (principalmente, trabalho assalariado) e o não produtivo como aquele que, embora necessário, constitui uma atividade de mera *subsistência*, sem produzir um *excedente* que possa ser apropriado por alguém”. (Wallerstein 1995:30)

A diferenciação dos tipos de trabalho assenta-se na criação de papéis específicos e por isso interfere com a divisão do trabalho no seio da unidade domiciliar. O trabalho produtivo ou assalariado é realizado – fora da unidade domiciliar, no *local de trabalho* - principalmente pelo homem/pai e secundariamente por outros homens adultos mais jovens da estrutura familiar, enquanto, o trabalho não produtivo - feito dentro da unidade domiciliar - é relegado, em primeiro lugar, para a mulher/mãe e depois para outras mulheres, crianças e idosos. Deriva daí, que sob o modo de produção capitalista há uma correlação entre divisão de trabalho e valorização do trabalho que culmina com a desvalorização social do trabalho das mulheres dando ênfase no trabalho masculino adulto (op.cit).

As distinções ideológicas sobre o trabalho influenciaram na mercantilização do trabalho, pois, por um lado, contribuem para o aumento da proletarização, mas por outro lado, e contrariamente ela permanece limitada. As evidências indicam que um número reduzido de agregados familiares obtém do trabalho assalariado, realizado fora de casa, mais da metade dos seus rendimentos reais. Nos agregados familiares semiproletários, aqueles que produzem outras formas de renda real (basicamente na produção doméstica para o consumo, para venda no mercado local ou para ambos) quer seja o próprio assalariado ( em horas livres) ou outros membros do agregado familiar ( de qualquer sexo ou idade), criam excedentes que contribuem para complementar a renda necessária para a reprodução do agregado familiar no seu conjunto e por conseguinte da força de trabalho assalariada. Assim, se compreende o fato de os países desenvolvidos pressionarem os menos desenvolvidos para que os últimos aceitem e promovam tarefas inferiores da cadeia mercantil, utilizando força de trabalho com menor remuneração e criando ou reforçando as estruturas domiciliares que permitam a sobrevivência dessa força de trabalho.

## CAPÍTULO IV

### A CRÍTICA À CIDADE

#### 4.1. Olhando a cidade

A urbanização contemporânea apela para uma reflexão profunda sobre o sentido do urbano, como forma e processo, a partir das dinâmicas sócio-econômicas e espaciais que dominaram a cidade como entidade histórica e espacial. Um novo entendimento sobre a cidade impera surgido de novas interações sócio-espaciais que caracterizam a urbanização atual. Pois, a cidade organiza um território ou, mais simplesmente, um sistema de relações, cujas características e limites, construção político-administrativa, área de mercado, zona de ação, são imprecisos. Segundo Roncayolo (1990),

“A cidade é um território particular ou uma combinação de territórios; ela apoia-se sobre um jogo de atração e repulsão para o exterior, quer para satisfação das suas necessidades cotidianas, obtenção de fontes de alimentação e de rendimentos, para dominação ou prestação de serviços”. (Roncayolo 1990:19)

Daqui se apreende a centralidade da cidade, como uma *forma* que permite conteúdos variáveis, cujo caráter histórico nos remete para as formas urbanas como produtos da história.

A urbanização generalizada que tende para a mundialização do urbano conduz para redução da antiga oposição cidade-campo produzindo um *composto rural-urbano*. Nesse sentido, as categorias clássicas de descrição e análise urbanas encontram aí, ao que parece, o seu limite. A noção de cidade sempre esteve implicada com a aglomeração de uma população, quer dizer, a concentração do habitat e de atividades; as atividades que se distinguem da exploração direta do solo, conduzem à especialização de tarefas e contribuem notadamente para as trocas e ao enquadramento duma sociedade; um modo de vida ou de formas de sociabilidade particulares; uma gestão dos espaços e dos objetos urbanos que implica uma organização coletiva (ibidem: 29).

Atualmente, a aplicação de critérios morfológicos, funcionais ou sócio-culturais, na análise da cidade não permite apreender o fenômeno urbano na sua totalidade. A cidade – mesmo enquanto lugar da reprodução da vida – não pode ser apreendida unicamente no

interior de seus limites, pois, não é uma criação isolada. Ela, a cidade, está em relação, maior ou menor, com o espaço que a entorna, com outras cidades, eventualmente com outros espaços longínquos. Ela apresenta-se, em graus variáveis, como o lugar a partir do qual se estabelece um controle territorial. Assim, se desenvolvem as noções de rede urbana ou armadura urbana. Trata-se, portanto, de um plano de análise da cidade no contexto da região – um plano que se revela pertinente ao analisar a origem da cidade de Nampula; segundo, a cidade não se reduz aos objetos urbanos ou a uma combinação de funções. Ela agrupa uma população caracterizada por certa composição demográfica, social ou étnica. Ela define uma forma de comunidade (ou coexistência de comunidades) ou coletividades (ibidem: 29). Neste plano a cidade aparece enquanto produto e produtora de relações sociais.

A reflexão sobre o fenômeno urbano denuncia a concepção de individualidade urbana e cidade como um ator social autônomo, fora do tempo e da sociedade que a porta. Por isso, torna-se necessário analisar as relações entre a estrutura social global e as composições territoriais que ela produz. Pois, a cidade como lugar do encontro, do *conviver*, de divisão ou de luta entre grupos – e estas lutas segundo fórmulas distintas e variáveis – é um reflexo, mas também produtora, das relações sociais. Pois,

“A cidade revela, também, através das suas paisagens, uma estrutura, uma gestão, divisões internas. Mas o fundamento da sociedade urbana, das ideologias que sustentam e justificam ou modelam a cidade, as representações dos que a habitam ou freqüentam, não pode ser apreendido senão para além desta cobertura, na articulação entre o interior e o exterior” (Roncayolo, 1990:34).

As características da explosão urbana nos países mais desenvolvidos diferem das dos países em desenvolvimento ou do Terceiro Mundo. Nos primeiros, é o dispositivo territorial, a expansão urbana no sentido da urbanização generalizada, que constitui problema, com o que comporta de fragmentação, eventualmente de exclusão – ou de alinhamento e gestão tecnocrática. Nos países do Terceiro Mundo, o crescimento das cidades parece ao contrário obedecer à um ritmo sem relação, e freqüentemente em contradição, com o suporte econômico e a possibilidade de integrar socialmente os efeitos da urbanização. Os mecanismos do crescimento urbano e as suas relações com a economia podem diferir seriamente entre os países do Terceiro Mundo, sem que as condições do habitat se distanciem

do quadro do habitat precário ou espontâneo que continua a qualificar as zonas de expansão da cidade, permeando fenômenos de dependência ou de dualismo (Roncayolo: 218-223).

Nos países do Terceiro Mundo a *explosão* urbana insinua-se dentro das linhas de descontinuidade desses países, entre *ocidentalização* (inspirada pela colonização, depois pelo Estado Moderno) e um direito local, mais variado, múltiplo e complexo. O terreno dá-se assim ao compromisso, à negociação, ao consenso profundo que pode explicar a persistência das formas de habitat precário. Um habitat que tem a sua lógica: aquela das relações, incluídas as de propriedade, e desigualdades sociais e suas funções – forma de renda, de localização, de valorização que drena uma parte da poupança, lança por vezes as bases de verdadeiras fortunas ou da autoridade dos mediadores. Pois, o *dualismo* dos países do Terceiro Mundo exprime também contrastes de representação, mas também de riqueza e de poder social no interior de cidades assim *divididas* (Roncayolo: 227 e 228).

A divisão social do espaço pode ser apreendida a partir de três dimensões: repartição dos homens, grupos e atividades no espaço; qualificação social dos espaços e; construção e interpretação de formas espaciais. O espaço urbano aparece como o lugar onde se desenvolve uma divisão social que não compromete ao excesso a unidade, do mercado, exigida pelas funções da produção e da troca. Um lugar onde os mecanismos de apropriação, de construção e de afetação do solo estão diretamente ligados às relações de produção e à organização social no seu conjunto. Os princípios de distinção social, de qualificação dos espaços, o seu caráter mais ou menos atrativo ou repulsivo, o valor de prestígio revelam antes as relações sociais derivadas ou por vezes desviadas (ibidem: 91).

O dualismo surge da manutenção de diferenças nas margens da homogeneização do espaço, quer como resistências quer como externalidades – que para o caso da cidade de Nampula seriam as periferias constituídas pelos subúrbios e as áreas rurais reclassificadas em urbanas – espaços onde predominam práticas ditas informais. Espaços que cedo ou tarde são absorvidos pela centralidade e pelas potências homogeneizantes, mas que atualmente persistem mostrando a incapacidade da centralidade e da normalidade em integrar, recuperar ou eliminar as diferenças. Diferenças que se caracterizam por uma ocupação do solo dispersa devida a proximidade do espaço residencial e do espaço produtivo, pela atividade agrícola e produção para subsistência, direito costumeiro da terra, autoconstrução da habitação a partir de material *local*, pelas relações de troca e de ajuda mútua baseadas na autoconfiança e na

vizinhança; portanto práticas sócio-espaciais que caracterizam uma vida muito intensa em que a *apropriação* atinge um nível muito assinalável.

A vida social das periferias é transposta para o nível da paisagem urbana. A arquitetura espontânea e o planejamento *local* das periferias se confrontam com a organização do espaço feita pelos especialistas que efetivamente transladam a ordem social para a realidade territorial e que concorrem para a manutenção da normalidade duma arquitetura, incluindo atividades econômicas e serviços ditos modernos e que revelam o predomínio da propriedade privada exacerbado, aqui, pela transformação do solo urbano em mercadoria. Portanto, nesse confronto alguns elementos característicos da vida do campo provavelmente permanecem resistindo às forças da homogeneização enquanto outros são redefinidos, adaptados ao contexto da cidade. Como corolário, a estratégia seletiva do planejamento segue um processo onde as *diferenças* são *excluídas*. É assim que o processo de homogeneização cria na paisagem urbana das cidades do Terceiro Mundo aquilo que alguns autores referem como uma *dualidade espacial*. Mas que, segundo Lefebvre,

“(...) a dualidade significa contradição e conflito: um conflito que surge quer duma emergência de diferenças imprevistas ou da sua própria absorção, na qual apenas diferenças induzidas brotam (...) uma dualidade conflitual, que é um estado transitório entre oposição e contradição/transcendência nunca termina; ela pode sustentar-se, contudo, em torno de um “equilíbrio” considerado ótimo por uma ideologia particular” (Lefebvre, 1990: 374).

Tanto nos países mais desenvolvidos como nos países do Terceiro Mundo o crescimento periférico tornou-se o principal elemento de longo termo: a urbanidade contemporânea sugere formas das mais variadas de habitat e de práticas territoriais - uma espécie de mapa oposto ao menu estrito oferecido outrora pela alternativa cidade ou campo. Dai derivam duas tendências, não contraditórias, que desafiam a concepção do fenômeno urbano: a) extensão de zonas urbanizadas e do modo de vida para distâncias maiores dos focos urbanos iniciais - uma explosão geográfica, espacial que coloca em questão toda uma série de noções, idéias e representações - por ex. as relações cidade-campo, o urbano; e b) a concentração relativa das trocas, da acumulação, mais do que da população, de iniciativas e equipamentos *sofisticados* (ibidem: 233-235). Trata-se, assim, de dinâmicas que ao incorporarem novos espaços - o antigo campo - não apenas transformam o antigo modo de vida, mas, segundo a hipótese do trabalho, podem levar

para redefinição de certas práticas sócio-espaciais que permanecem resistentes à urbanização vigente.

#### 4.2. As relações cidade - campo

O crescimento da cidade de Nampula resultou de um processo de urbanização que inclui a componente demográfica e a expansão resultante da inclusão de áreas rurais dentro dos limites administrativos da cidade. Um processo do qual se produz uma paisagem urbana que revela contradições, desigualdades e conflitos. Pois, a expansão urbana produz um espaço heterotópico uma vez que o processo de homogeneização ainda não conseguiu transformar todas as práticas sócio-espaciais características do campo, mas mantém-nas estrategicamente no seu entorno. Tem-se, então, um espaço diferencial que para a sua compreensão torna-se pertinente a teoria do desenvolvimento geográfico pouco uniforme<sup>35</sup>.

O capitalismo desenvolve-se dentro de um ambiente geográfico caracterizado por uma grande diversidade – resultantes das condições naturais e/ou da produtividade da força de trabalho – que resulta de uma história de vários séculos. No entanto, as forças que emanam do capitalismo atacam, corroem, dissolvem e transformam grande parte da economia e cultura não capitalista apoiando a criação de novas distinções baseadas nas antigas diferenças. Por isso, as diferenciações geográficas aparecem como resíduos históricos, em vez de características ativamente reconstituídas dentro do modo de produção capitalista (como é o caso da incorporação do modo de vida camponês na cidade de Nampula) - que resultam da conversão das restrições temporais à reprodução do capital em restrições espaciais (Harvey, 1990: 419, 420).

A expansão do capital tende para a mundialização das relações monetárias, as quais penetram em todas as esferas da vida social (incluída, aí, a vida privada). Cada vez mais a *subsunção formal*<sup>36</sup> da atividade humana ao capital, exercida através do capital, é

<sup>35</sup> Segundo Harvey (1990), o desenvolvimento geográfico pouco uniforme é explicado como contradições espaciais resultantes do desenvolvimento da economia espacial capitalista: o desenvolvimento envolve o derrube das barreiras espaciais e das distinções regionais num processo em que os meios utilizados, para isso, provocam novas diferenciações geográficas que se tornam novas barreiras espaciais por superar. Estas contradições são absorvidas pela organização geográfica do capitalismo dentro da forma valor.

<sup>36</sup> A subsunção formal ocorre quando com “base num modo de trabalho pré-existente, ou seja, num desenvolvimento *dado* da força produtiva, do trabalho e do modo de trabalho correspondente ao desenvolvimento dessa força produtiva, (...), só se pode produzir mais-valia recorrendo ao *prolongamento do tempo*, quer dizer, sob a forma de mais-valia absoluta. A esta modalidade, como forma única de produzir mais-valia, corresponde, pois, a *subsunção formal do trabalho ao capital*”. Por conseguinte, a *subsunção real do*

complementada pela *subsunção real*, a qual requer a conversão do trabalhado em mercadoria-força de trabalho por meio da acumulação originária. Por esse processo são produzidas e distribuídas novas forças produtivas acarretando uma transformação radical, não apenas das relações sociais, do espaço físico numa dinâmica que varia de um lugar para o outro (Harvey, 1990: 376).

Estas análises permitem compreender as transformações que ocorreram na passagem da agricultura de subsistência para a agricultura comercial, transformações, que mais adiante se verá, foram tiveram lugar a partir da penetração colonial em Moçambique com a introdução da economia das plantações. E ainda, a incorporação do modo de vida camponês na economia urbana em função da reprodução da força de trabalho assalariada.

Assim, no ambiente construído, aí incluída a cidade (e a construção da cidade de Nampula responde a um processo semelhante) “as fábricas e os campos, as escolas, os templos, centros comerciais e parques, estradas e ferrovias testemunham uma paisagem esculpida em forma indelével e irreversível de acordo com os ditados do capitalismo”. Trata-se de transformações físicas que não ocorrem uniformemente no espaço e que por isso se depara com vastas concentrações de forças produtivas em alguns lugares em contraste com regiões relativamente *vazias*; fortes concentrações de atividades em lugares que contrastam com zonas em que o desenvolvimento está pouco disseminado. Nesse contexto, Marx refere a concentração de forças produtivas nos centros urbanos e as mudanças correlativas nas relações sociais de produção e de vida; os efeitos de interação que conduzem à rápida aglomeração da produção dentro das cidades – convertidas em oficinas coletivas de produção capitalista; e as forças que induzem à aglomeração e podem levar novos investimentos de transporte e indústrias de bens de consumo à outros lugares. Daí se pode compreender o desenvolvimento geográfico pouco uniforme que se expressa, parcialmente, em uma oposição entre as forças que tendem à concentração e as que tendem à dispersão geográfica na circulação do capital (Harvey 1990: 376, 419, 420).

A circulação do capital reproduz o desenvolvimento geográfico pouco uniforme das infra-estruturas sociais - pois, “o capital produz e reproduz, ainda que através de toda a classe de mediações e transformações subtis, o seu ambiente social e físico” -; isso ocorre quando a

---

*trabalho no capital* pressupõe a “modificação total da forma do modo de produção (incluindo a tecnologia) com vista a produção da *mais-valia relativa* – caracterizando-se assim, o modo de produção especificamente

circulação do valor através das infra-estruturas sociais produz uma concentração geográfica de condições de *alta qualidade* em alguns lugares em detrimento de outros. Assim algumas regiões “aparecem então como *naturalmente* favorecidos para a cumulação em virtude dos recursos humanos e sociais aí concentrados” (Harvey, 1990: 406 e 420). Para a cidade de Nampula este processo exprime-se espacialmente com a construção de novos estabelecimentos comerciais, implantação de bancos e outros serviços modernos, assim como a *requalificação* de edifícios – que passam a ter novos usos e/ou novos usuários – em áreas previamente selecionadas em contraste com outros espaços marcados pela deficiência ou escassez de serviços urbanos.

Contudo, as tendências para aglomeração podem ser limitadas pelos custos dos congestionamentos, uma crescente rigidez no uso das infra-estruturas físicas, o aumento das rendas e simples falta de espaço, então a dispersão espacial torna-se mais atrativa. Isso pode explicar alguns investimentos no comércio e, principalmente, a construção de habitação por frações privilegiadas da população nas áreas periféricas da cidade de Nampula, onde há muita disponibilidade de terrenos devida à ocupação dispersa e os preços das parcelas são relativamente mais baratos, aí onde começam a surgir enclaves ou bairros dos chamados popularmente de *novos ricos*, isto é, da emergente burguesia nacional<sup>37</sup>.

Neste sentido, a teoria do desenvolvimento geográfico pouco uniforme revela-se adequada para explicar diferenças espaciais que a urbanização sob o modo de produção capitalista engendra nos países do Terceiro Mundo, especificamente em África - um continente onde a inserção diferenciada das regiões no mercado internacional resultou na decadência ou florescência temporária de umas ou outras regiões e, por consequência os centros urbanos acompanharam essas alterações do desenvolvimento das regionais, em função das atividades econômicas subsumidas a acumulação do capital estrangeiro.

Para a cidade de Nampula, o desenvolvimento geográfico pouco uniforme permite compreender não apenas o antagonismo entre a cidade e o campo, entre o centro e a periferia, mas também, a diferenciação residencial dentro das *zonas* urbanas, a organização e desenho do espaço que ao final transmitem significados sociais e simbólicos, a articulação espacial de

---

capitalista (Marx, K. Capítulo Inédito de O Capital, pp. 87-108).

<sup>37</sup> A chamada burguesia nacional emergente é constituída por indivíduos economicamente privilegiados que na sua maioria ou pertencem a classe no poder ou possuem vínculos, incluindo laços de parentesco, com os membros no poder.

diversos sistemas mercantis, a diferenciação das afetações do solo que caracterizam a articulação espacial das atividades humanas em função da circulação do valor.

Ora, as reflexões expostas tendem mostrar como a expansão do mundo da mercadoria tende a criar e impor novas estratégias espaciais na cidade de Nampula. A antiga cidade – cidade colonial – absorveu o campo circundante resultando, assim, um *espaço misto* que para sua compreensão, exige uma redefinição não apenas dos conceitos, mas também, um outro entendimento do fenômeno urbano contemporâneo produzido pelas novas relações entre a cidade e o campo.

A relação cidade-campo, como relação dialética, constitui assim uma oposição conflitual que só tende a superar-se quando o antigo campo e a antiga cidade se reabsorvem no tecido urbano realizado. Assim, a construção da *sociedade urbana* vai acompanhada de uma lenta degradação e desaparecimento do campo, dos camponeses, assim como de um estalido, uma dispersão do que foi a cidade (Lefebvre, 1973b, p. 15).

A produção do espaço na cidade de Nampula testemunha um processo em que a acumulação capitalista no centro urbano e a dispersão dos investimentos requerem, por um lado, uma crescente concentração e aumento do proletariado e implicam mudanças radicais nas condições sociais de reprodução da força de trabalho e, que estrategicamente ocorre com uma constante absorção de elementos primitivos e fisicamente incorruptos do campo. Ora, a absorção de áreas rurais resulta numa tendência para a proletarização dos camponeses – o que tende para a sua desaparecimento como comunidade – mas a sua reprodução assenta-se fundamentalmente nas estratégias económicas do agregado familiar, as quais incluem a produção agrícola e o comércio dito informal – o que conduz à permanência de práticas sócio-espaciais ligadas à vida rural; resulta assim um *misto* rural-urbano que coloca perante novas concepções derivadas da transformação das antigas relações espaciais. A hipótese avançada aqui é que a permanência de práticas sócio-espaciais rurais na cidade, que caracteriza a explosão urbana na cidade de Nampula, pode ser também analisada como conseqüente de um processo de urbanização dependente ou com escassez de investimentos em infra-estruturas urbanas derivada duma economia igualmente dependente.

No decorrer do tempo histórico ocorreram profundas mudanças na relação entre a cidade e o campo. Essas mudanças resultam de dinâmicas específicas e modos de produção

predominantes em cada época. Assim, as relações cidade-campo foram caracterizadas ora por conflitos profundos, ora mais pacíficos ou por dinâmicas próximas de uma associação. Tais características podem manifestar-se simultaneamente numa mesma época. Na época atual, a relação cidade-campo transforma-se: a exploração do campo circundante pela cidade - centro de acumulação de capital - cede lugar a formas mais subtis de dominação e de exploração (Lefebvre, 1991: 68-69).

Para o caso da cidade de Nampula torna-se relevante compreender que o desenvolvimento urbano resulta de um processo cumulativo resultado das dinâmicas sócio-econômicas ocorridas, primeiro, durante o período colonial – em que a cidade espelhava uma divisão sócio-econômica baseada na cor da pele e havia uma evidente oposição, entre a cidade e o campo, baseada na divisão social do trabalho; segundo, durante o período pós-independência – em que o desenvolvimento urbano ocorreu sem políticas urbanas explícitas, mas com uma ênfase no desenvolvimento rural e; terceiro, no período atual em que com a expansão do mundo da mercadoria, o campo é continuamente integrado ao consumo dos produtos da indústria. Com a falta de investimentos a produção agrícola perde a sua importância na economia camponesa e a sobrevivência dos camponeses, mesmo com a agricultura como atividade econômica principal, passa a depender cada vez mais do mercado e da comercialização de produtos industriais. É assim que a cidade torna-se um centro de decisão e aparentemente de associação. A vida urbana penetra na vida camponesa num movimento de transformações e resistências que acentuam a oposição urbanidade-ruralidade.

A oposição cidade-campo, como parte da divisão social e territorial do trabalho, apenas está em desaparecimento enquanto oposição dominante na linguagem, nas idéias e representações sociais. Esta oposição dá lugar a uma nova oposição: entre a grande cidade – que seria a cidade colonial, para o caso da cidade de Nampula - e a sua periferia. Assim, a oposição em auge na consciência e na linguagem é a oposição entre tecido urbano compacto e tecido urbano de malhas esponjosas; oposição centro-não centro; meio-entorno, - porque a cidade começa a estender-se sobre o conjunto do território (Lefebvre, 1973: 192).

### 4.3. As contradições do espaço

A cidade de Nampula, dentre outras, exprime a produção de um espaço resultante de um processo de inclusão sucessiva de áreas rurais dentro dos limites da cidade – um processo denominado reclassificação de espaços rurais.

A reclassificação dos espaços rurais em urbanos na cidade de Nampula ocorre sob a égide do Estado e consiste na inclusão administrativa, por decreto, de áreas rurais que circundam a cidade dentro dos limites desta. Trata-se de um processo que pode ser compreendido a partir duma reflexão segundo a qual,

“A produção do espaço é levada a cabo com a intervenção do Estado que naturalmente age de acordo com objetivos do capital, ainda que esta produção pareça responder unicamente aos requerimentos racionais da comunicação entre as várias partes da sociedade, como àqueles de um crescimento consistente com os interesses de todos os *utentes*. O que acontece é que um círculo vicioso é posto em ação que para a sua circularidade torna-se uma força invasiva servindo interesses econômicos dominantes” (Lefebvre, 1995:375).

Pois, o Estado como mediação no processo de acumulação assume um papel determinante em um contexto em que a acumulação, para o caso de Moçambique, se faz sobre a produção agrícola, sobre os camponeses e não a partir do mercado mundial. Assim, o Estado procura desvincular os camponeses da economia dita *natural* fazendo-os entrar no mundo da mercadoria; desde modo, o Estado participa na expansão do mundo da mercadoria – entravado pela propriedade fundiária, pelas rendas e pela resistência camponesa.

Na cidade de Nampula a reclassificação dos espaços rural em urbanos, feita por decreto, parte de duas estratégias: a) definição de áreas agrícolas que alimentam a cidade; e b) delimitação de áreas para expansão da cidade. Incorporadas nos limites da cidade, as antigas áreas rurais são parceladas e posteriormente vendidas quer para ocupação residencial de frações de população mais privilegiada economicamente e/ou construção de infra-estruturas de lazer; são preservadas para futuras afetações definidas pelo Estado; outras áreas permanecem como áreas para produção agrícola orientada para os mercados da cidade. As intervenções urbanas que tomam lugar nestas áreas ocorrem, em geral, excluindo a população que nelas reside a mais tempo (Araújo, 2003: 168-169).

Assim, um número sempre crescente de pessoas continua a cultivar uma parte dos alimentos de que precisa. A agricultura é praticada, em terrenos dentro dos limites da cidade ou fora deles; desse modo, persistem, na cidade de Nampula, agregados familiares ligados, quase exclusivamente, a vida agrícola ou rural. Consequentemente, a reclassificação dos espaços rurais em urbanos resulta simultaneamente na difusão do modo de vida urbana em espaços rurais e na incorporação de elementos cuja reprodução está vinculada à vida agrária no espaço urbano.

Portanto, a expansão urbana na cidade de Nampula é um processo que fornece elementos para o entendimento de transformações e permanências produzidas por forças e práticas sócio-espaciais homogeneizantes. Pois, ela engloba dentro de si transformações de modos de vida, lá onde a homogeneização impera e os camponeses não conseguem resistir à *ocidentalização* ou ela envolve permanências ou persistências, lá onde a capacidade homogeneizante fracassa e o modo de vida da comunidade rural é redefinido – levando ao surgimento de camponeses dentro da cidade.

Portanto, a reclassificação das áreas rurais na cidade de Nampula é um processo que, ao integrar a economia camponesa no mercado urbano, tende para a dissolução gradual da comunidade camponesa. Pois, segundo Lefebvre, a comunidade rural, dos camponeses, se mantém, se defende, desaparece ou se reconstitui segundo os modos de produção. Ela persiste, mais ou menos viva, em ascensão ou dissolução não estranha às vicissitudes da História e das transformações econômicas e políticas, mas com vida e histórias próprias. A comunidade se dissolve, onde o intercâmbio de mercadorias, o dinheiro, a economia monetária, o individualismo assim como a propriedade – no sentido do Direito Romano – triunfam, e é substituída pela exterioridade recíproca dos indivíduos e o *livre* contrato de trabalho. Enquanto produção agrícola perde a sua autonomia, e o crescimento econômico, a industrialização, estende suas conseqüências aos territórios, regiões, nações e continentes, o agrupamento tradicional próprio à vida dos camponeses transforma-se, absorvido ou recoberto por unidades mais vastas – o urbano. A vida camponesa se integra à indústria e ao consumo dos produtos dessa indústria. Contudo, uma ruralidade cada vez mais forte – que compreende regiões sob dependência de cidades, indústrias, comércio, da organização urbana total – opõe-se à urbanização que se vai estendendo (Lefebvre, 1973b: 19, 27).

Na cidade de Nampula, a inclusão de áreas rurais dentro dos limites da cidade significa também a incorporação de antigas comunidades rurais nas estatísticas de população urbana. As áreas onde residem as antigas comunidades rurais - que antes pertenciam ao distrito de Nampula como um território (o campo) com uma divisão administrativa diferente - passaram a se designar *bairros* e, portanto, com uma gestão espacial ligada a vida da cidade. É assim que as antigas práticas vinculadas ao direito costumeiro da terra cederam lugar a gestão estatal, porque o Estado passou a intermediar o acesso a terra. Consequentemente, o parcelamento dos terrenos afetou significativamente a antiga proximidade entre o espaço residencial e o espaço produtivo característica do campo e de forma semelhante os vínculos comunitários que constituíam a base das antigas formas de acesso a terra. Os camponeses passaram a dispor apenas de um espaço residencial dentro da cidade, que, no entanto, continua a ser partilhado com pequenas práticas agrícolas no seu interior, e têm que procurar espaços para produção na periferia, ou seja, fora dos limites da cidade - onde a ruralidade ainda persiste. Constatase, assim, que, segundo Tinker (1995), "com a expansão do tecido urbano e a valorização da centralidade, as formas de agricultura que necessitam de [mais] espaço, migram para lugares mais periféricos ou mais baratos (...)".

#### 4.3.1. O "mundo" do trabalho

Como resultado de uma urbanização com uma base econômica fraca, a incorporação dos camponeses, já semi-proletarizados, na cidade de Nampula não é acompanhada com um aumento de empregos na cidade. Por isso, a sobrevivência dos agregados familiares continua ligada à vida agrícola. A agricultura é praticada em todas as espécies de terreno: para construção, mas ainda por parcelar; fisicamente não parceláveis e deixados vagos; inundáveis e baldios por explorar e de habitação. A atividade agrícola passa assim a constituir a base da reprodução dos agregados familiares na cidade ao produzir alimentos para subsistência, mas também ao garantir produtos para comercialização nos mercados urbanos - daí a importância da agricultura nas cidades em África, e particularmente em Nampula.

Por outro lado, a disparidade entre a procura e a oferta de emprego na cidade faz com que uma parte significativa da população viva de expedientes (pequeno artesanato, comércio de super-retalho) ou se empregue em serviços domésticos. O que explica, de acordo com

Douglass (1992) o fato de que as tentativas para tornar sustentável a economia do agregado familiar envolvam freqüentemente esforços para criar uma gama de relacionamentos externos, tais como, a participação em redes comunitárias de troca, proteção das relações patrão-cliente com agentes econômicos de pequena escala (ex: comerciantes, pequenos empreiteiros) e trabalho com pequenas quantidades de mercadoria em pequenos setores coletivos da economia da cidade.

É assim que alguns autores (Hornby, 1991, Santos, 1979) referem que nas cidades dos países do Terceiro Mundo, a dificuldade em providenciar oportunidades de emprego para a população resulta na evolução de estruturas econômicas, de alguma forma, muito diferentes das concebidas ou percebidas originalmente, isto é, de *tipo ocidental* (aquelas derivadas da industrialização). Pois, de um lado as áreas centrais provêem empregos – no comércio retalhista, na função pública e na indústria ligeira - atividades ditas formais e semelhantes às das cidades ocidentais –, em oposição, nas áreas periféricas desenvolvem-se atividades ditas informais – aquelas que não são reguladas pelas instituições da sociedade. No entanto, há muitas interligações e interações entre os dois grandes tipos de atividade e organização - *formal e informal*. Porque, por exemplo, os vendedores ambulantes, vistos normalmente como participantes no setor informal, vendem produtos manufaturados do setor formal. Embora algumas atividades no setor informal sejam baseadas em habilidades tradicionalmente rurais, muitas delas, a maioria, resultam da modernização trazida pela urbanização em larga escala e que servem de indicador da integração da vida da população a indústria e ao consumo dos produtos industriais.

O dualismo na análise das atividades econômicas pode ser percebido desde as abordagens teóricas sobre o *trabalho*. As definições teóricas do *trabalho* têm em comum o destaque dado à *transformação* da natureza pelo homem – uma transformação orientada para uma *finalidade*. Nas suas relações com categorias como o *valor*, a *troca*, o *mercado*, o *consumo*, a *necessidade*, o trabalho surge como produtor de *valor de uso* e *valor de troca* (mercadoria). No entanto é comum relacionar o trabalho às atividades ou obrigações remuneradas em oposição às atividades não remuneradas, consideradas como *não-trabalho* (Friedmann e Naville, 1962: 19-33).

A perspectiva marxiana, ao abordar as relações de produção, e por isso, a estrutura de classes da sociedade, analisa o papel do trabalho no modo de produção capitalista. Assim

Marx distingue *trabalho produtivo* e *trabalho improdutivo* do ponto de vista do capital. Segundo Marx, o trabalho produtivo, no modo de produção capitalista, é “aquele que produz valor de mercadoria e, por conseguinte, valor excedente, para o capital.”<sup>38</sup> Trata-se de uma definição que exclui aquele trabalho que não é trocado por capital. Assim, os termos trabalho produtivo e trabalho improdutivo são determinações sociais uma vez que a sua definição depende da forma social e não da utilidade ou forma concreta do trabalho. O trabalho pode ser considerado improdutivo quando “ocorre fora do modo de produção capitalista, mas também enquanto ocorrendo no seio dele, é utilizado (...) para funções improdutivas mais que produtivas” (Braverman, 1987: 347-358). Portanto, falta-lhe aqui a condição inerente à circulação em que o trabalho “não só em parte conserva e em parte reproduz os valores de capital adiantados, mas que simultaneamente os aumenta e, por conseguinte, ao criar a mais-valia, os transforma em valores que a si mesmos se valorizam, em capital” (Marx, K. Capítulo Inédito de *O Capital*, p. 111).

Atualmente o trabalho adquire uma nova forma, pois, passa a “ser uma atividade exercida na esfera pública, onde o trabalho é definido e reconhecido por outros como uma atividade útil que é remunerada. O trabalho pago torna-se, portanto, o meio através do qual o indivíduo adquire existência e identidade social por ter uma profissão” (Silva, 2002:161).

Os estudos, (Lopes, Araújo e Hermind, 1995), que de certo modo, procuram abordar a economia urbana nas cidades de Moçambique, em Nampula em particular, procuram dar ênfase a pobreza urbana e ao dualismo econômico, ou seja, aos denominados dois circuitos da economia urbana. Assim tornou-se comum classificar as atividades econômicas em *formais* e *informais* destacando o caráter público ou oficial do trabalho. Essas descrições referem simplesmente que é no setor do comércio onde a atividade informal é predominante pelo número de indivíduos envolvidos. Tais análises circunscrevem-se apenas nas formas sociais de distinção do trabalho. Pois, segundo Bourdieu

“(...) o pequeno comércio [aquele descrito como informal] é a única ocupação que não exige capital inicial algum, nem a qualificação profissional ou alguma aptidão especial, nem instrução, nem o dinheiro, nem o local, nem as *proteções*. Esse é o único recurso daqueles que

<sup>38</sup>. “Do ponto de vista do *processo de trabalho* em geral, apresentava-se-nos como *produtivo* aquele trabalho que se realizava num *produto*, mais concretamente numa mercadoria. Do ponto de vista do processo capitalista de produção, junta-se uma determinação mais precisa: é produtivo aquele trabalho que valoriza diretamente o

nada têm e para quem estão interditas todas as profissões, inclusive, por falta de engajamento (...)” (Bourdieu, 1979: 63).

A *economia informal* não é uma série de atividades de sobrevivência realizadas por populações desprovidas e marginalizadas. Segundo Portes *et al* (1989), o dinamismo econômico das atividades geradoras de rendimento não reguladas e o relativo alto nível dos rendimentos de muitos empreendedores informais, as vezes acima do nível dos trabalhadores na economia formal, pode ser constatado tanto em países avançados industrialmente como em países pouco desenvolvidos. Na verdade, algumas atividades no setor informal derivam de necessidades desesperadas para obtenção de meios de subsistência de um trabalhador para a sua família. Mas, de forma similar, essa motivação pode levar um trabalhador a aceitar baixos salários no setor formal. Desse modo, a reflexão remete para a análise da economia informal não como *eufemismo da pobreza*, mas como “uma forma específica de relações de produção; enquanto a pobreza é um atributo ligado ao processo de distribuição” da renda (Portes *et al*, 1989:12).

Os processos da economia informal cruzam a estrutura social inteira. É claro que a maior parte dos indivíduos engajados em atividades informais, em Moçambique como em outros países do Terceiro Mundo, é pobre. Mas um enfoque, para além da aparência das condições sociais (pobreza e outras), através da análise da lógica do processo, permitirá centrar-se nas dinâmicas sociais sublinhando a produção das condições sociais. Assim, de acordo com Portes *et al* (1989), a articulação entre as atividades formais e informais remete para uma redefinição das relações de produção. Pois, a economia informal não é, assim, uma condição individual, mas um processo de geração de rendimentos caracterizado por um aspecto central: “não é regulado pelas instituições da sociedade, num ambiente legal e social no qual atividades similares são reguladas” (*ibidem*).

A distinção entre *formal* e *informal* – como formas sociais – tem sentido apenas numa economia de mercado regulada pelas instituições da sociedade e que denota a institucionalização das regulações pelo poder no mercado. Mas, segundo Portes *et al* (1989),

“as atividades incluídas no setor informal expressam a contradição capitalista entre a necessidade de expandir a massa dos assalariados e a incapacidade de garantir emprego seguro para a

---

capital, o que produz mais-valia, ou seja, que se realiza (...) numa *mais-valia* representada por um sobreproduto (...), num incremento *excedentário de mercadoria* (...)” (Marx, K., Capítulo Inédito de *O Capital*, p. 109).

força de trabalho reproduzida dentro do sistema. Trata-se de uma oposição com uma variação espaciotemporal e segundo o grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção. Nos países em desenvolvimento (...) há uma tendência para a proletarianização de uma crescente proporção da força de trabalho urbana” (Portes *et al* 1989: 79).

Portanto, perante as contradições e desigualdades que caracterizam o desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção capitalista torna-se pertinente analisar o papel dos agregados familiares na economia urbana. Pois, como unidade de rendimento – e de trabalho coletivo – o agregado familiar engaja-se numa multiplicidade de atividades de geração de rendimentos fora do espaço residencial, dentro ou fora da economia de mercado num processo que visa a reprodução de meios materiais e sociais para a sua própria existência e, com esperança de melhorar o seu bem-estar. Sendo assim, o conceito de agregado familiar passa a estar ligado não apenas à estrutura física da habitação, da cozinha ou às relações de parentesco, mas tem que ser visto como um ponto de cruzamento de redes de relações sociais sem subordinação clara alguma nem entrelaçamentos perfeitos com outras redes (Douglass, 1992:22) que assume um papel fundamental na reprodução da força de trabalho.

#### 4.3.2. O espaço estratégico

A reclassificação das áreas rurais em urbanas enquadra-se numa dinâmica de produção espacial homogeneizante que, dum lado, visa não apenas a ampliação da base da acumulação através da incorporação dos camponeses no mercado, mas, que de outro lado, culmina com a produção de um *espaço estratégico* simultaneamente manipulado e manipulador – visando uma gestão controlada e mesmo policiada do espaço em prol da uniformização mimética do modelo de cidade ocidental. Isso ocorre mediado pelo Estado que igualiza a relação desigual centro-periferia dentro da homogeneidade do espaço político ou estratégico.

Na cidade de Nampula, a reclassificação das áreas rurais cria condições para a ampliação da base da especulação fundiária. Pois, embora a terra ainda seja constitucionalmente considerada propriedade do Estado, na prática a terra urbana é vendida. A especulação fundiária é engendrada por camponeses - com direito costumeiro da terra – e funcionários subalternos das instituições de cadastro como resultado da crescente burocracia na tramitação legal do acesso a terra. É assim, que o acesso à terra urbana tornou-se um

processo seletivo porque depende não só da capacidade de satisfazer as exigências burocráticas, mas também da disponibilidade financeira. Por outro lado, a ocupação das parcelas de terra urbana ocorre segundo um plano definido pelo Estado em que são estabelecidas não apenas as afetações do solo, mas também o tipo de construção (material e arquitetura). O resultado é que frações da população pobre – incluindo os camponeses antes aí residentes – são retiradas das áreas parceladas para espaços periféricos onde as exigências das formas de ocupação do solo urbano são menos eficientes ou inexistentes e o acesso a terra é menos regulado pelo Estado. Por isso, a cidade de Nampula revela um mosaico espacial contendo áreas ou bairros ocupados por frações de população mais privilegiada em contraposição com áreas onde a população é pobre – é daí que as descrições convencionais sobre a paisagem urbana em Moçambique, Lopes, Araújo e Hermind,(1995) e Araújo (2003), distinguem de forma simplista dentro do espaço urbano, *áreas urbanizadas*, *áreas semi-urbanizadas* e *áreas não urbanizadas*. A partir das formas correntes de acesso a terra, pode apreender-se o processo de classificação e separação engendrado pelo *espaço estratégico* na cidade de Nampula. O processo culmina com a transposição da divisão social com base na renda e das relações de propriedade para o espaço urbano.

Deste modo, compreende-se que o espaço *em si* não tem poder nem determina as contradições espaciais. Pois, trata-se de contradições da sociedade que emergem no espaço, ao nível do espaço e por isso produzem contradições espaciais. As contradições do espaço tornam operacionais as contradições das relações sociais, isto é, “as contradições espaciais expressam os conflitos entre os interesses [sociais e políticos] e as forças sociais. É somente *no* espaço onde tais conflitos entram, efetivamente, em jogo, e por isso, tornam-se contradições *do* espaço” (Lefebvre, 1995:365).

Pois, o *espaço estratégico* age expulsando setores de população (ex: operários, camponeses) para a periferia e aumentando a valorização dos espaços próximos ao centro; cria uma classe hegemônica a partir das classes com alta capacidade aquisitiva no mercado; organiza o centro como *locus* de decisão, riqueza, poder e informação; planifica a produção e os fluxos do ponto de vista espacial. A classificação e hierarquização social no espaço são engendradas pelo poder público ou político ao colocar supostamente (porque o inverso acontece) o espaço público sobre o espaço privado – aquele da nova burguesia nacional ou fração da classe hegemônica, que detém e entretém a propriedade privada do solo e de outros

meios de produção ao mais alto nível. Dai advém um espaço que separa e classifica. A estratégia de classificação distribui os vários estratos sociais e classes pelo território, mantendo-as separadas. Dai deriva a contradição entre centro e periferia em que o último par define o movimento do primeiro (Lefebvre, 1995:375).

A contradição entre centro e periferia está subsumida na contradição entre o global e o subdividido. Pois,

“(...) o globalismo efetivo implica uma centralidade estabelecida. A concentração de *todas as coisas* que existem no espaço subordina todos os elementos e momentos espaciais ao poder que controla o centro. A compacidade e densidade são *propriedades* dos centros: radiando para os centros, cada intervalo espacial é um vetor de constrangimento e um gerador de normas e valores” (Lefebvre, 1995: 356).

A origem da cidade de Nampula esteve sempre vinculada às necessidades da acumulação de capital. A cidade foi sempre o centro de decisão que administra uma economia fundamentalmente mercantil desde o período colonial. Uma acumulação baseada na divisão social e espacial do trabalho - produtores (camponeses no campo) e comerciantes (na cidade). Atualmente a acumulação tem a sua base ampliada com a expansão do consumo e transferência dos custos da reprodução da força de trabalho para fora do espaço da produção – para o agregado familiar – um processo que requer a absorção contínua de espaços para o mercado e em função do mercado – espaços homogêneos e isotópicos; enquanto, simultaneamente ocorre um processo de separação espacial, não apenas funcional, mas como estratégia que favorece as necessidades da acumulação, pois tem por fim dissuadir os conflitos sociais que derivam das desigualdades sociais – o que levaria ao estudo das isotopias e heterotopias.

A intensificação da contradição entre o *global* – a capacidade para conceber e lidar com o espaço numa larga escala – e o *subdividido* ou *fragmentário* (subdivisão do espaço para venda e compra) ocorre no nível estratégico. Pois, é no espaço estratégico onde a dispersão e subdivisão é controlada e dominada, de modo a manter a sua unidade dentro da homogeneidade do poder do espaço, por objetivos estratégicos em termos de quantidade e meios empregados e da qualidade dos fins perseguidos. Pois, “a base e o fundamento do todo é a dissociação e a separação – inevitáveis por serem produtos da história da acumulação, e –

assim mantidas por conservarem isolados os momentos e elementos da prática social” (Lefebvre, 1995: 356-366).

Ora, os conflitos inerentes à produção do espaço urbano emergem a partir da análise do que aparece como homogêneo e coerente à superfície. Como resultado de uma urbanização movida pela necessidade de reprodução do capital, o espaço urbano é despedaçado em áreas - que coincidem com a localização histórica da acumulação do capital, com o espaço da produção; o espaço do mercado, um espaço controlado pelo Estado, enfim, um espaço *produtivo* e quantificado; de outro lado áreas que constituem um espaço *improdutivo* porque viradas para as necessidades que não reproduzem capital. De tal modo, a contradição situa-se na articulação entre o consumo do espaço que produz mais-valia e o que produz apenas gozo (ibidem, 1995:358-359).

## CAPÍTULO V

### A QUESTÃO DAS RURALIDADES

#### 5.1. Na *ocidentalização*

A urbanização, a industrialização e o *nacionalitarismo* são agentes que contribuíram para a desculturação ou desenraizamento das sociedades locais em África. Mesmo que limitadas, ou bloqueada e contida – para o caso da África negra – “uma industrialização mínima se produz pela substituição dos hábitos de consumo e pela transformação do modo de vida em geral. Os produtos e os usos tradicionais são destruídos de maneira irreversível”. A urbanização cuja característica dominante é o crescimento populacional agrava evidentemente o desenraizamento e “provoca uma ruptura com a base cultural camponesa. A organização urbana, grandemente colocada num modelo transnacional, destrói o vínculo antigo com o espaço”. As condições de vida marcadas por extrema escassez, a habitação reduzida a uma pura função<sup>39</sup>, caracterizam as periferias urbanas das cidades do Terceiro Mundo, da África em particular, - espaços que na sua paisagem não há centro, nem pontos de referência, nem sinais para assinalar a identidade e educar a alma para a beleza ou o prazer - que apenas se diferem de “infernos vivos, porque a vitalidade de seus ocupantes não totalmente desculturados transformou-as em laboratórios de uma nova socialidade” (Latouche, 1994:71-74).

Atualmente, os fluxos culturais a partir do *centro* através de diversos meios de comunicação transbordam incessantemente para o Terceiro Mundo veiculando imagens, palavras, valores morais, normas jurídicas, códigos políticos, critérios de competência – enfim esses fluxos de informação *informam* os desejos e necessidades, as formas de comportamento, as mentalidades, os sistemas de educação, os modos de vida dos receptores. “O resultado mais evidente para África é que (...) [este] processo deságua na desposseção de si. A ideologia da ciência, da técnica, do progresso e do desenvolvimento acha-se assim veiculada (...)

<sup>39</sup> “A vivenda para além da sua função de habitar é um bem diferenciado que inclui características como *qualidade* (equipamento, conforto, tipo de construção, duração, etc.), *forma* (individual, coletiva, arquitetura, integração no conjunto das habitações e na região) *estatuto institucional* (sem título, aluguel, propriedade individual, co-propriedade) que determinam os papéis, os níveis e as pertinências simbólicas dos seus ocupantes” (Castells, 1979:179).

diretamente, ou incorporada em outras mensagens” (Latouche, 1994:31), aquelas que promovem o consumismo, o modernismo.

O domínio do tempo linear sobre o tempo cíclico – o triunfo da concepção mecanicista e newtoniana do tempo sobre as concepções tradicionais, ligadas ao ritmo das estações e a posição dos astros – resulta numa “extraordinária uniformização dos modos de vida e de pensamento, e uma *mimèsis* generalizada”. O desejo de copiar quer “por necessidades de sobrevivência, porque a conformidade às normas é a lei, a imitação se propaga sem limites, caricatural nas instituições e em certos comportamentos, sinistra no domínio das técnicas de controle das populações”. Nesse processo permanecem ainda elementos do modo de vida tradicional – *ruralidades* –, que na paisagem urbana aparecem como “casebres de barro batido ou [pessoas seminuas] (...), mas por quanto tempo ainda?” Não sonham elas com trocar o adobe por blocos de cimento, a palha do telhado por telhas onduladas, o lampião de petróleo pela eletricidade, os fetiches por aparelhos eletrodomésticos e por sábios? (Latouche, 1994: 32 e 33).

Ora, a história da penetração européia em Moçambique, como na África negra em geral, mostra como as cidades constituem um elemento da economia mercantil e industrial introduzido num meio essencialmente agrícola. A articulação das duas economias esteve sempre baseada nas relações de dominação, envolvendo a subsunção formal do modo de vida camponês; essa articulação criou, conseqüentemente, relações de dependência e de coexistência entre os dois modos de vida. O que é considerado *ruralidade* na cidade, que caracterizam a área semi-urbanizada e não urbanizada, não é senão uma prática sócio-espacial ou modo de vida camponês subsumido formalmente pela economia urbana – como adiante se verá na análise sobre o agregado familiar. Nesse contexto as ruralidades são elementos que surgem da articulação contraditória, no processo de urbanização, de características de uma economia mercantil industrial, modo de vida e modelo de cidade europeu com elementos duma economia e modo de vida característica de sociedades africanas. A economia urbana subsumiu esses elementos, as formas de sociabilidade africana, a economia camponesa, em prol das estratégias da acumulação, nomeadamente o uso de mão de obra barata e sua reprodução a partir da economia do agregado familiar. Essas estratégias mantêm os agregados familiares numa economia monetarizada, mas com baixa capacidade aquisitiva no mercado. Assim que, apesar da *mimèsis* que tende a se impor cada vez mais no cotidiano, a assimilação

do modo de vida ocidental, o consumismo, e urbanismo, os agregados familiares na cidade, não obtêm rendimentos capazes de aumentar a sua capacidade aquisitiva e com isso alterar a qualidade de vida. Como corolário, o consumo reduz-se a aquisição de pequenas quantidades de produtos da indústria como complemento ao que a *primeira* natureza pode oferecer. Assim, as ruralidades descritas como desvio da norma ou como formas *primitivas* e anteriores às formas ditas urbanas resultam de processos sócio-econômicos inerentes às formas de dominação colonial e da acumulação *alargada*.

## 5.2. Na diferenciação residencial

A paisagem urbana da cidade de Nampula aparece com diferenças espaciais explicadas pela diferenciação residencial. Segundo Harvey (1985), as instituições governamentais jogam um papel ativo na formação da diferenciação residencial – uma explicação que difere das tradicionais que procuram vincular a diferenciação residencial nas áreas urbanas com processos sociais ecológicos, preferências dos consumidores, comportamentos de maximização de uso por parte dos indivíduos e outros similares. As considerações de etnicidade, estatuto social e prestígio, aspirações de estilo de vida, solidariedade comunitária e de vizinhança, convencionalmente utilizados para explicar a diferenciação residencial são relevantes, no entanto, elas ironicamente aumentam o potencial para a realização do capital no ambiente construído (na cidade) e ajudam a manter uma estrutura semelhante à de *ilhas*. As instituições financeiras e o governo geram o processo de urbanização para atingir o crescimento econômico e a estabilidade econômica; nesse processo são *produzidos* novos modos de consumo e novas necessidades e desejos sociais, mesmo se a população quer ou não. Assim, a urbanização força novos tipos de escolha independentemente das predileções espontâneas; através da estruturação e reestruturação das escolhas abertas a população, criando ambientes de decisão distintos. Os indivíduos não podem escolher a estrutura distributiva dos agrupamentos sociais ou a estrutura dos submercados de habitação, pois, estas são ditadas por forças externas a soberania do consumidor. "(...) produzindo novos modos de consumo e novos desejos e necessidades, o processo de urbanização produz concomitantemente novos agrupamentos distributivos ou classes de consumo, que se podem cristalizar em comunidades distintas no seio da estrutura urbana" (Harvey, 1985:81).

Assim, a diferenciação residencial significa acesso diferencial aos recursos exigidos no mercado. O agregado familiar como lugar da reprodução da força de trabalho segundo as necessidades da divisão do trabalho existente providencia um meio social onde se formam sistemas distintos de valores, aspirações e expectativas. A reprodução dos sistemas de valores facilita a reprodução de classes de consumo e de agrupamentos relativos a divisão do trabalho enquanto funcionam também para restringir as chances de mobilidade social. “A homogeneidade das experiências de vida que esta restrição produz reforça a tendência para agrupamentos sociais relativamente permanentes emergirem dentro de uma estrutura de diferenciação residencial relativamente permanente” (Harvey, 1985: 120).

A história dos agrupamentos sociais baseados na diferenciação residencial em Moçambique, e na cidade de Nampula, tem que se apreendida partindo do princípio de que a diferenciação social e espacial atual resulta de transformações e fragmentações sucessivas da configuração social e espacial precedente, ou seja, da cidade colonial. Segundo Wilson (1941), citado por Hannez (1980), a política urbana colonial pressupunha que a população africana nas cidades devia ser constituída por residentes temporários: “trabalhadores fisicamente capazes que deixavam, para trás, todos ou parte dos seus dependentes na aldeia, assim que eles partiam para os centros urbanos onde eles próprios passariam curtos períodos das suas vidas”. Desse modo,

“(...) a habitação não era planejada para mais [pessoas] do que, quanto muito, para um homem e sua mulher, com um ou dois filhos menores, num quarto único. Os salários, e a ração alimentar que era fornecida aos trabalhadores, pelas empresas empregadoras, não eram suficientes para o agregado familiar inteiro” (Hannez, 1980: 125).

Segundo Wilson (1941), citado por Hannez (1980), a política adotada pela administração colonial – que evidentemente enquadrava-se nas estratégias competitivas para a redução dos salários dos trabalhadores – consistiu na alocação de parcelas de terra aos trabalhadores africanos para que, assim, pudessem construir sua casa própria e completassem a ração alimentar com a produção agrícola. Capta-se aqui, portanto, a origem das *ruralidades* nas cidades africanas, em Nampula, cujo fundamento assenta-se nas estratégias de acumulação de capital e, por conseguinte, na reprodução das relações sociais.

### 5.3. Na crítica ao cotidiano

A produção do espaço urbano na cidade de Nampula é um processo que envolve contradições; pois, o Estado promove estratégias que tendem para produção de um espaço homogêneo, de *propriedade pública*, mas que se revela fragmentado - porque parcelado para venda - e por isso privado. A produção espacial é caracterizada por desigualdades no acesso à terra urbana resultante, fundamentalmente, das diferenças na capacidade aquisitiva no mercado. É, desse modo que o “produto espacial expressa as contradições que estão na base de uma sociedade de classes e manifesta a segregação decorrente das formas de apropriação da terra que têm sua lógica no desenvolvimento desigual das relações sociais dentro da sociedade”. Assim, a paisagem urbana, enquanto forma de manifestação do espaço urbano revela o processo de produção desse espaço. Segundo Carlos (1992)

“Enquanto forma de manifestação do urbano, a paisagem urbana tende a revelar uma dimensão necessária da produção espacial, o que implica ir além da aparência; essa perspectiva da análise já introduziria os elementos da discussão do urbano entendido enquanto processo e não apenas enquanto forma. A paisagem de hoje guarda momentos diversos do processo de produção espacial, os quais fornecem elementos para uma discussão de sua evolução da produção espacial, e do modo pelo qual foi produzida” (Carlos, 1992, p. 36).

As reflexões expostas permitem reconhecer que o espaço urbano revela diferenças que surgem nas margens dum domínio homogeneizado em forma de resistências ou de externalidades. No processo homogeneizante, o diferente é excluído - mas pode mais tarde ser absorvido pelo centro ou pela homogeneização.

Na cidade de Nampula, a reclassificação das áreas rurais responde estrategicamente às novas necessidades da acumulação do capital. No que concerne a reprodução do capital, o consumo dos produtos da indústria é ampliado para áreas com uma economia camponesa, de subsistência, que passam a estar integradas no mercado urbano. Por outro lado, a integração de áreas agrícolas na cidade permite transferir continuamente a reprodução da força de trabalho para os quadros do agregado familiar - cuja atividade econômica principal é a agricultura - com vista a manter baixos salários no setor produtivo; Portanto, a cidade aparece, aqui, como lugar da reprodução da vida - num movimento que tende a reproduzir um espaço apropriado para a acumulação de capital.

Nesse contexto a reflexão coloca a *(re)produção* como categoria central na análise espacial da cidade. Com a integração da cidade histórica pelo capitalismo, incorporação dos espaços antes desocupados a troca, transformação do espaço social e político em real e operacional, dado e instrumento, necessidade e virtualidade, o espaço inteiro tornou-se fundamental para a reprodução das relações dominantes, para a produção e o consumo. Pois, o espaço, incluindo a cidade, “aparece enquanto condição, meio e produto da reprodução social, revelando uma prática socio-espacial” legitimada pelo Estado (Carlos, 2004:19-20).

“(...) a noção de reprodução, saída do desenvolvimento da noção de produção, revela o fato de que não se trata apenas e tão somente do universo da produção de mercadorias, que embasa a idéia de cidade enquanto concentração, uma vez que o crescimento econômico e a industrialização caminham no sentido de que a concentração da população acompanha a concentração dos meios de produção, mas refere-se ao fato de que o modo de produção capitalista, em seu movimento de realização, revela uma reprodução mais ampla. Nesse plano, o processo refere-se à cidade de modo integral” (Carlos, 2004:21).

Ora, é no plano do cotidiano que a análise permite captar as contradições e os conflitos que se materializam no espaço. Os conflitos entre “a imposição de novos modelos culturais e de comportamento (...) invadidos pelo mundo da mercadoria, estabelecida no plano mundial, e as especificidades da vida no lugar com a persistência de antigas relações”. Por isso,

“As novas condições de existência se realizam desigualmente pela criação de uma rotina organizada (no espaço e no tempo) da vida cotidiana, transformando radicalmente a sociabilidade, posto que produz transformações nos usos do espaço, empobrecendo a vida à medida que as relações entre as pessoas passam a ser substituídas por relações profissionais ou institucionais. Por sua vez, o tempo se acelera em função do desenvolvimento da técnica – que requer a construção de novos espaços – que vai modificando as relações dos habitantes com o lugar e no lugar, redefinindo a prática sócio-espacial” (Carlos, 2004: 21-22).

A operacionalização da propriedade privada implica divisão e parcelarização da cidade, culminando com uma profunda desigualdade do processo de produção do espaço urbano “que se percebe de forma clara e inequívoca no plano da vida cotidiana inicialmente revelada no ato de morar, que coloca o habitante diante da existência real da propriedade do solo urbano”. É assim que a apropriação do espaço – produzido segundo as necessidades da acumulação do capital – “liga-se cada vez mais à forma mercadoria”. Assim, o espaço entra

no circuito da troca gerando fluxos de capitais entre diversos setores econômicos; isso ocorre através de alterações de usos e funções dos lugares numa lógica de ordenamento e direcionamento da ocupação. Daí, o espaço é fragmentado e trocado numa tendência homogeneizante e segundo uma *lei do reprodutível*. De modo que, “homogênea, a fragmentação do espaço da cidade também revela a hierarquização dos lugares e pessoas como articulação entre morfologias espacial e social. Essa estratificação revela as formas da segregação urbana”. (Carlos, 2004: 23).

Portanto, a reflexão remete para o estudo da vida cotidiana que “com suas múltiplas atividades, cria as formas, a dinâmica do fenômeno e o seu conteúdo”. Um procedimento que permite perceber o “processo de (re)produção espacial e seu conteúdo através e a partir da paisagem urbana”; uma vez que

“O processo de produção do espaço fundamentado nas relações de trabalho entre os homens e a natureza primeira e Segunda implica o entendimento de vários relacionamentos: sociais, políticos, ideológicos, jurídicos, culturais. Envolve um modo de produzir, pensar, sentir – logo um modo de vida” (Carlos, 1992:34).

Na análise das persistências e transformações das ruralidades em Nampula, o cotidiano emerge para reflexão. Pois, a economia colonial, a urbanização, impôs transformações, com a introdução da linearidade, num modo de vida anteriormente regulado pelo tempo cíclico. Segundo Lefebvre

“Salvo durante catástrofes (...) esta vida de todos os dias era regulada pelos costumes que organizavam até a divisão do trabalho por idades e sexos. O espaço e o tempo entravam numa ordem: o calendário, os territórios. A vida cotidiana desenvolvia-se, portanto, tradicionalmente dentro de quadros bem definidos: a aldeia, a comunidade territorial, o bairro, as ocupações e as festas, a agricultura e o artesanato, etc.”<sup>40</sup> (Lefebvre, 1986: 104).

Com a expansão do mundo da mercadoria os limites e o ambiente do cotidiano explodem quer no espaço quer no tempo: a “cotidianidade instala-se, instaura-se e se institui”.

“Diz-se às diversas categorias de pessoas o que elas devem fazer e como devem viver nas condições em que vivem e em função dos seus diversos parâmetros (recursos, idades, saúde, datas e lugares). O cotidiano é previsto até o mínimo detalhe como uma trajetória, ou antes, como um grupo de probabilidades. (...) Assim, estabelece-se, fora dos lugares de trabalho

(empresas), dentro do espaço urbano, certo número de ocupações e relações, das quais depende a vida de laboral nas empresas”<sup>41</sup> (Lefebvre, 1986:105).

As exposições remetem para reflexão da complexidade do fenômeno urbano. Uma reflexão que requer a passagem da fenomenologia à análise e da lógica à dialética. Os métodos descritivos - descrição fenomenológica e empírica - evidenciam alguns aspectos e traços do fenômeno urbano, mas não alcançam determinadas relações sociais aparentemente abstratas em relação ao imediato. No entanto, esses métodos permitem abordar o fenômeno urbano a partir das propriedades formais do espaço para posteriormente estudar as contradições do espaço e os seus conteúdos, quer dizer, empregar o método dialético (Lefebvre, 2002: 51 e 54).

---

<sup>40</sup> Tradução do autor

<sup>41</sup> Tradução do autor

## BIBLIOGRAFIA

- AMIN, S., "O Capitalismo e a renda fundiária; a dominação do capitalismo sobre a agricultura". In AMIN, S. e VERGOUPOLOS, K., A Questão Camponesa e o Capitalismo. Utopia Camponesa1. Portugal: A Regra do Jogo Edições, 1978.
- AMIN, S., O Desenvolvimento Desigual; ensaio sobre as Formações Sociais do Capitalismo Periférico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1973.
- ARAÚJO, M. et al. *Análise da diferenciação espacial da população nas cidades de Maputo e Matola; Projeto de pesquisa*. Maputo: UEM, 2000.
- ARAÚJO, M. G. M., "Os Espaços Urbanos em Moçambique". In GEOUSP, Espaço e Tempo, No 14, São Paulo: 2003. pp. 165-182.
- BEAUJEU-GARNIER, J., Geografia Urbana. 2ªed. Lisboa: 1995.
- BOURDIEU, P., O Desencantamento do Mundo. Brasil: Perspectiva, 1979.
- BRAVERMAN, H., Trabalho e Capital Monopolista. 3ª.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- CARLOS, A.F.A., "Uma leitura sobre a cidade". In Cidades. No1, Vol.1. Presidente Prudente, 2004. pp. 11-30.
- CARTER, H., El estudio de la geografía urbana. Madrid: IEAL, 1983.
- CASTELLS, M., City, class and power. Houndmills: Macmillan, 1985.
- CLARK, D., Urban Geography; an introductory guide. Baltimore: The Johns Hopkins university Press, 1982.
- COHEN, A. (ed), Urban Ethnicity. London e New York: Tavistock Publications, 1974. pp. 77-118 e 223-250.
- COUSSY, J. et VALLIN, J.(dir.). Crises et Population en Afrique. Crises économiques, politiques d'ajustement et dynamiques démographiques. 2ª ed. Les études du Ceped. Nº 3. Paris: CEPED, 1996.
- DE SCHLIPPE, P., Shifting cultivation in Africa; the Zande System of Agriculture. London: Rouledge & Kegan Paul, 1956.

DE GUEVARA, L.C.P.L., "La ruralidad". In Ciudades; nueva ruralidad nueva urbanidad. No. 54. Mexico: abril-junio, 2002. pp. 55-58.

DOZON, J-P., "En Afrique, la famille à la roisée des chemins". In BURGUIÈRE, A. et al, Histoire de la famille; le choc des modernités. Tome 2. Paris: Armand Colin, 1986. pp.301-338.

DUBRESSON, A.. "Production et producteur dans les espaces urbains". In Afrique Contemporaine: Villes d'Afrique. N°168. Octobre-Décembre. s/l.1993. pp 171-186.

ERICKSEN, E. G. Urban Behavior, New York e Toronto: Macmilan Company, 1954.

FOUCAULT, M., Le mots et les choses; une archéologie des sciences humaines. Gallimardi, 1966.

FRIEDMANN, H., NAVILLE, P., Tratado de Sociologia do Trabalho. Vol.1. São Paulo: Cultrix, 1962.

FRÚGOLI Jr., H., "A dissolução e a reinvenção do sentido de comunidade em Beuningen, Holanda". Revista Brasileira de Ciências Sociais. No. 52. Vol. 18. Junho 2003. pp. 107-124.

GEORGE, P., Précis de géographie urbaine. França: Universitaires, 1961.

GOODY, J., Production and Reproduction; A Comparative Study of the Domestic Domain. Cambridge: Cambridge University, 1976.

GOTTDIENER, M., A produção social do espaço urbano. São Paulo: Edusp, 1993.

HANNERZ, U., Exploring the city: inquiries toward an urban anthropology. New York: Columbia University, 1980, Cap. II, III, IV.

HARVEY, D., The Urbanization of Capital. Oxford: Basil Blackwell, 1985.

----- Los Límites del Capitalismo y la Teoria Marxista. México: Fundo de Cultura Econômica, 1990.

HAUSER, P. M. e SCHNORE, L. F., Estudos de Urbanização. São Paulo: Livraria pioneira Editora (s/d) pp. 461-485.

HOPPE, G., e LANGTON, J., Peasantry to Capitalism; Western Östergötland in the nineteenth century. Cambridge: Cambridge University, 1994.

IGUÍNIZ, M. E., "Nuevo orden rural: trabajo manufacturero y consumo". In Ciudades; nueva ruralidad nueva urbanidad. No. 54. Mexico: abril-junio, 2002. pp.29-34.

JANSSEN, A., Family and social change; the household as a process in an industrializing community. Cambridge: Cambridge University, 1993.

JOHNSON, J. H., Geographie urbaine. Barcelona: Oikos-tau Ediciones, 1974.

LATOUCHE, S., A Ocidentalização do Mundo; ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária. Petrópolis: Vozes, 1985.

LEFEBVRE, H. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

----- The production of Space. Oxford: Blackwell, 1995.

----- A Vida Cotidiana no Mundo Moderno. São Paulo: Ática, 1991.

----- O Direito à Cidade. São Paulo: Moraes, 1991.

----- Le Retour de la Dialectique. 12 mots clefs pour le monde moderne. Paris: Messor/ Éditions Sociales, 1986.

----- De l'Etat: Le mode de production Étatique; troisième partie. Paris: Union Générale d'Éditions, 1977.

----- Espaço y Política. Barcelona: Edicions 62, 1976

----- Lógica Formal Lógica Dialética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

----- A Re-Produção das Relações Sociais de Produção. Porto: Escorpião, 1973a.

----- De lo Rural a lo Urbano. 2ª.ed. Barcelona: Edicions 62, 1973b.

----- Métaphilosophie; prolégomènes. Paris: Editions de Minuit, 1965.

----- Introduction à la modernité; préludes. Paris: Editions de Minuit, 1962.

LEWIS, O., Life in a Mexican Village: Tepoztlán restudied. Urbana: University of Illinois, 1951. pp. 427-448.

LOPES, L., ARAÚJO, M., HERMIND, K., *Perfil Ambiental da Cidade e do Distrito de Nampula*. Maputo: CEP-UEM, 1995.

- MAGNANI, J. G. C., "De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana". Revista Brasileira de Ciências Sociais. No. 49. Vol. 17. Junho 2002. pp.11-28.
- MARQUES, M. I. M., "O conceito de espaço rural em questão". In Terra Livre. No. 19. São Paulo: Julho/Dez, 2002. pp. 95-112.
- MARTINS, J. S., A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MARX, K., Capítulo Inédito de O Capital. São Paulo: Moraes, (sd).
- MENDRAS, H., Sociétés paysannes; éléments pour une théorie de la paysannerie. Paris: Armand Colin, 1976.
- OLIVEN, R. G., A Antropologia de grupos urbanos. Petrópolis: Vozes, 1985.
- PORTES, A., CASTELLS, M., BENTON, L., The Informal Economy, Baltimore and London: Johns Hopkins, 1989.
- REDFIELD, R., Tepoztlán: A Mexican Village; A study of Folk Life. Chicago: University of Chicago. 1941. pp. 1-223.
- RICHARDS, A. I., Land, Labour and Diet in Northern Rhodesia. London: Oxford University, 1951.
- RONCAYOLO, M. La ville et ses territoires. Paris: Gallimard, 1990.
- SANTOS, M., Manual de Geografia Urbana. São Paulo: HUCITEC, 1981.
- SANTOS, M., Espaço e Sociedade: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SANTOS, M., Geografía y economía urbanas nos países subdesarrollados. Barcelona: Oikos-tau Ediciones, 1973.
- SEVERINO, A. J., Metodologia do trabalho científico. 22ª. ed. Ver. e ampl., São Paulo: Cortez, 2002.
- SILVA, J., André Gorz, trabalho e política, São Paulo: Fapesp, 2002.
- SINGER, P., Economia política da urbanização. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- WAGNER, E., Hannah Arendt e Karl Marx: O mundo do Trabalho. São Paulo: Atelier Editorial, 2002.

WALLERSTEIN, I., Capitalismo histórico e Civilização capitalista. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

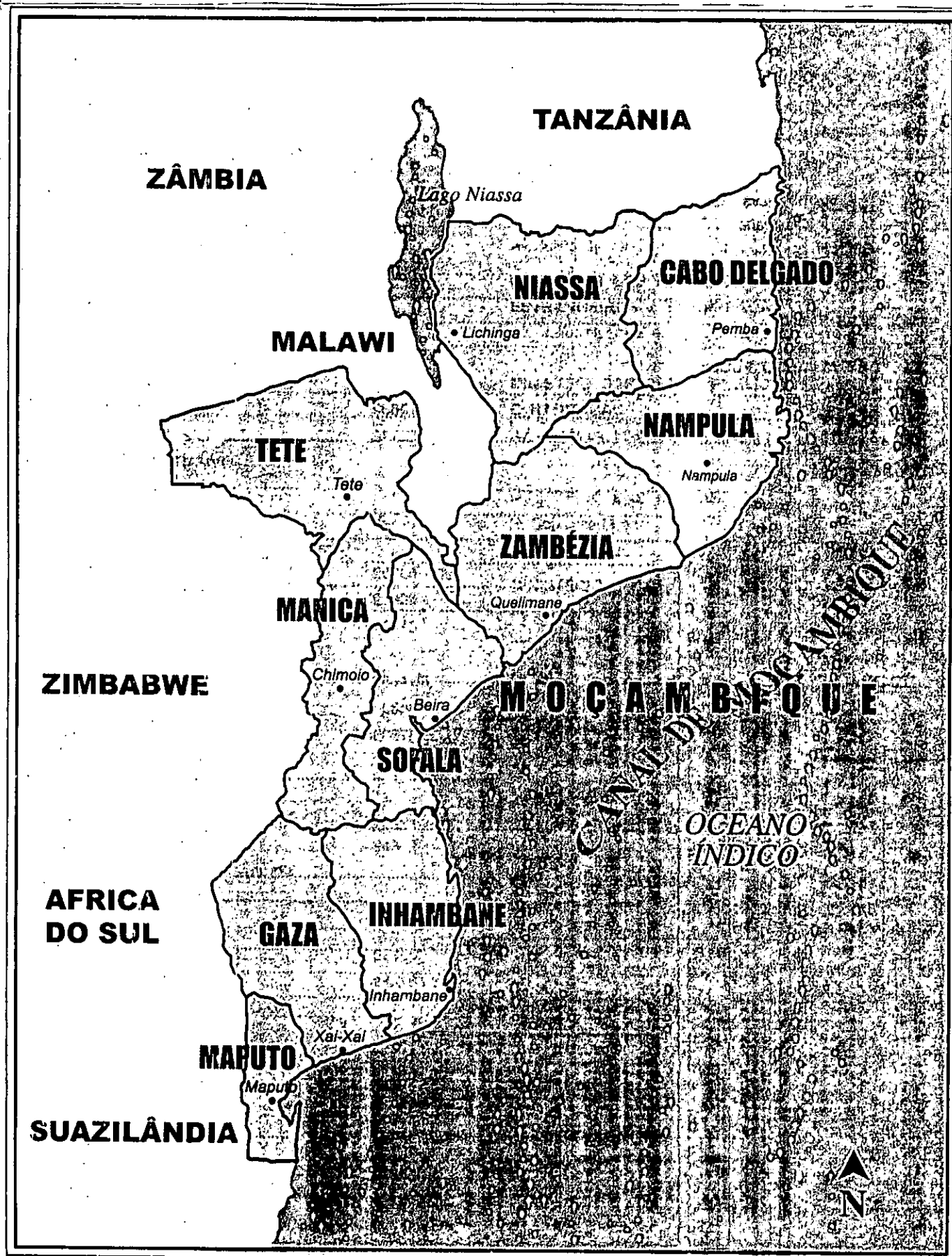
WATSON, W., Tribal Cohesion in a money economy; a study of Mambwe people of northern Rhodesia. Manchester: Manchester University, 1958.

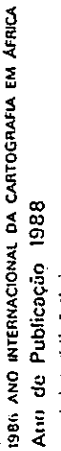
WOLF, E. G., Sociedades Camponesas. Curso de Antropologia Urbana Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

## **ANEXOS**

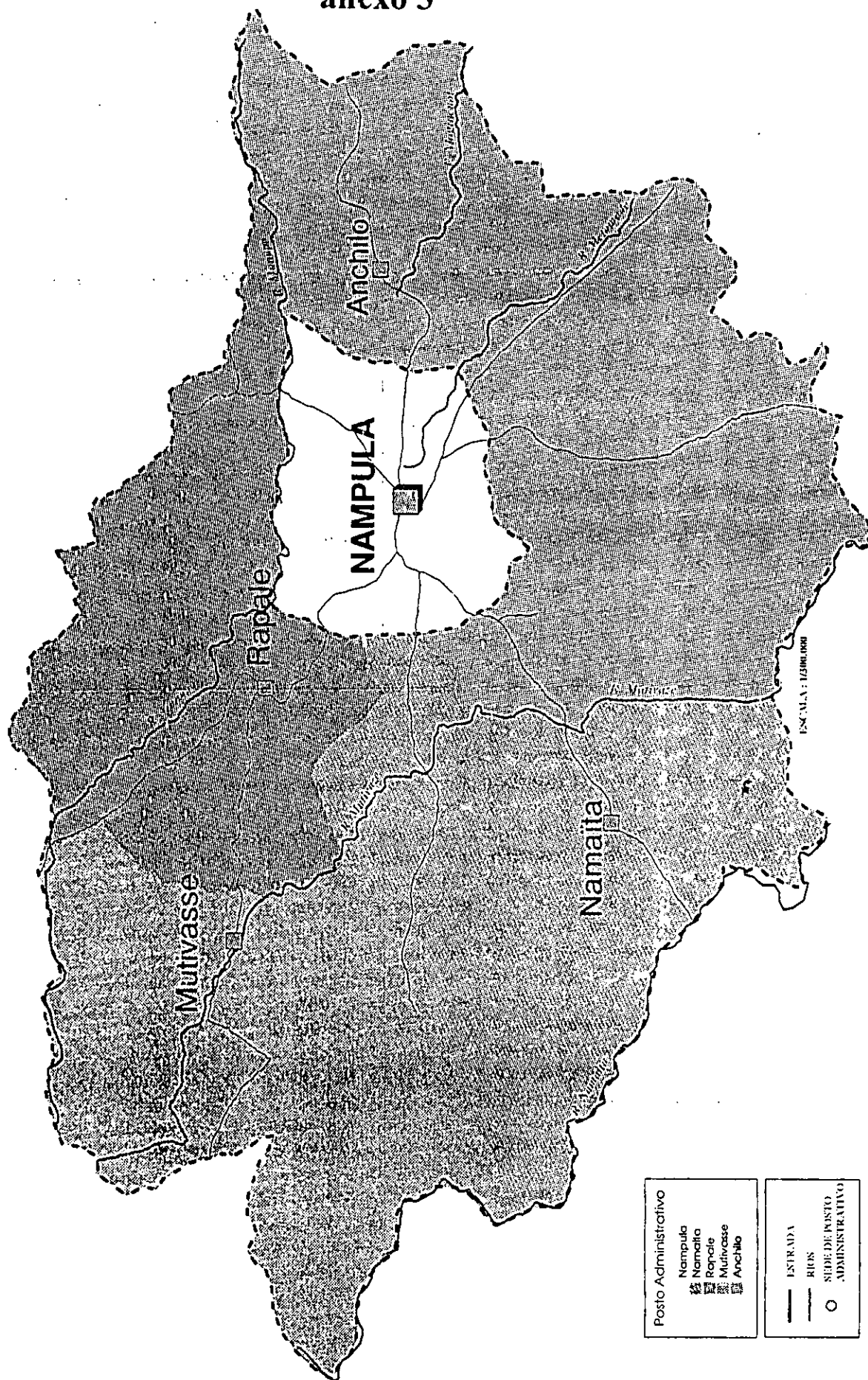
Figura 1 Mapa de Moçambique

anexo 1





**Figura 5 DISTRITO DE NAMPULA**  
**DIVISÃO ADMINISTRATIVA**





**Figura 7** CIDADE DE NAMPULA  
Perfil Ambiental  
DISTRIBUIÇÃO DAS FONTES DE ÁGUA

